
104ª SESSÃO ORDINÁRIA – 30OUT2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 21 de outubro de 2013.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, eu queria aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, dizer que, quando chegamos, recebemos a visita do Sindicato dos Taxistas, que quer discutir com esta Casa um conjunto de temas de interesse daqueles trabalhadores. Eu trago a sugestão a V. Exa. para que possamos convidá-los para uma reunião de líderes e recebê-los, na segunda-feira, quando tratarmos desses assuntos, porque poderemos tratar de uma maneira conjunta os problemas trazidos por eles e os projetos que eles pretendem debater conosco aqui na Casa. É uma sugestão que trago a Vossa Excelência.

O SR. AIRTO FERRONATO: Uma pequena observação: nós somos favoráveis à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu acho que, sim, Ver. Comassetto, Ver.^a Mônica e Ver. Ferronato. Eu solicito a eles que combinem, com a chefia de gabinete da Presidência, um período de 10 minutos para apresentarem as considerações na reunião de Lideranças, na segunda-feira.

Peço ao Ver. Bernardino Vendruscolo, Vice-Presidente, que os oriente.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Só para esclarecimento. V. Exa. está orientando, ou abrindo espaço na Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Na reunião de Lideranças, segunda-feira, para que, em 10 minutos, eles possam expor as suas considerações.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Dr. Thiago, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar aqui os Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara; senhoras e senhores. Eu venho a esta tribuna também em razão e consideração ao Sindicato dos Taxistas, o Sintáxi, até porque, durante um período – está aqui o Ver. Brasinha, que acompanhou os trabalhos na CUTHAB, o Ver. Delegado Cleiton, que é o nosso Presidente da Comissão –, nós tivemos um episódio que marcou um pouco de maneira negativa a classe dos taxistas, que a gente sabe que foi a exceção, que foi aquela cobrança abusiva durante os jogos, que reuniu quase 4 mil pessoas aqui em Porto Alegre. Nesse sentido, nós não podemos também condenar toda uma categoria. E como a Presidente Dilma praticamente resolveu o problema da permissão do táxi, da concessão da hereditariedade e do prazo da concessão, então, eu queria fazer um apelo, também aqui, nós temos plenas condições de dar uma reorganizada naquele projeto de lei, quem sabe, deixá-lo, por enquanto, em suspenso, Ver. Bernardino, porque como o foco principal do debate era a questão da sucessão e do prazo, e praticamente a lei federal veio para resolver o problema, o resto passa a ser tudo acessório. Então, nesse sentido, eu quero me manifestar em Liderança pelo meu partido para que possamos fazer um arredondamento com a categoria dos taxistas.

E também, hoje, me ligou o pessoal lá da Sogipa. Está aqui o Ver. João Derly, e nós sabemos do carinho que o pessoal de lá tem por ti. E o que acontece? A Sogipa, que tem quase 10 hectares, pegou fogo em 10% das suas instalações do prédio da Faculdade de Educação Física. Mas o que aconteceu? O Corpo de Bombeiros foi lá e interditou toda a Sogipa! Espera aí, só um pouquinho! Acho que nós temos que fazer um apelo aqui, até em nome da Câmara, porque, quando nós tivemos um problema no Mercado, fizemos uma força-tarefa, mas a interdição foi parcial e, pelo menos, embaixo, ali, o pessoal continuou funcionando, e se deu jeito, se agilizou, se foi para cima e o Mercado está ali reinaugurado, em parte, mas nem por isso se lacrou e interditou o Mercado inteiro. Então, acho que nós não podemos também aqui interditar a Sogipa inteira! Espera aí, só um

pouquinho! O pessoal lá da diretoria está preocupado, tenho certeza de que o Vereador também está colaborando e todos os demais aqui tenho certeza de que vão querer encontrar uma solução para a Sogipa, até pelo histórico e pelo carinho que a Cidade tem com o clube, por tudo que este já fez pelo esporte, pela relação dos atletas com a Cidade. Então, acho que nós temos que fazer um apelo aí para a Brigada Militar fazer uma interdição parcial, a exemplo do que foi feito no prédio público, que é o Mercado, sem comparar e sem misturar alhos com bugalhos, mas eu acho que a Sogipa não pode ficar toda ela interditada. Nós temos é que dar solução ao problema, recorrer à elaboração de um novo PPCI, para que isso não aconteça novamente. E me parece, Ver. Mauro Pinheiro, que essas fritadeiras elétricas estão com algum problema.

Então, quero deixar aqui este apelo para que possamos encontrar uma solução para a Sogipa, sem prejudicar o clube, a faculdade, os alunos que têm aula, o acesso às dependências do clube para os atletas. Ano que vem é Copa do Mundo, mas em 2016 teremos olimpíadas, e não podemos, simplesmente, desconhecer a importância e a relevância da Sogipa para a Cidade.

Então, faço esses dois apelos e considerações: um, ao nosso Governo, com relação aos taxistas, Secretário Cappellari, a gente dar uma conversada para reavaliar, dar uma afinada do violão com a gaita com a categoria dos taxistas, o Governo e a Câmara de Vereadores; e a Sogipa, vamos apelar para que, o quanto antes, ela possa estar com as suas instalações em pleno funcionamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem, venho aqui, em nome da nossa bancada do PT, em meu nome, da Ver.^a Sofia, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Alberto Kopittke e Ver. Marcelo Sgarbossa, mais uma vez, trazer para o debate e cobrar do Executivo Municipal que as informações venham com clareza e transparência à cidade de Porto Alegre a respeito do Conduto Álvaro Chaves, que coloca a Cidade novamente em risco. Todos os senhores e

senhoras sabem que, neste final de semana, estourou novamente o Conduto Forçado Álvaro Chaves.

Esse Conduto foi inaugurado em 2008, com um custo de R\$ 59 milhões. A maior obra de drenagem da Capital voltou a apresentar falhas que colocam em risco a segurança dos cidadãos e a infraestrutura da cidade de Porto Alegre. No último sábado, dia 26 de outubro, um buraco de mais ou menos dois metros de profundidade, na Rua Dr. Timóteo, entre a Rua Tobias da Silva e a Rua Marquês do Herval, surpreendeu os porto-alegrenses e, inclusive, a gestão pública municipal. O problema foi originado pela obra do Conduto Forçado Álvaro Chaves – Goethe, cuja estrutura já havia rompido em fevereiro deste ano devido às chuvas que ocorreram naquele momento. Naquela oportunidade, a estrutura do duto, calculada originalmente para suportar 13 metros cúbicos por coluna d'água, rompeu com o índice de apenas 5 metros cúbicos por coluna d'água. Porém, tais fatos não chegam a ser nenhuma surpresa, porque, desde o ano de 2005, a nossa bancada vem fazendo as observações necessárias e cobrando do Executivo. Cobramos, aqui, através de um Pedido de Informações ao Executivo sobre as alterações das obras, alterações do projeto feito em 2005, e, até hoje, o Governo não respondeu quais foram as alterações das obras feitas no Conduto Álvaro Chaves, que aumentou em R\$ 17 milhões o seu custo e que, categoricamente, deixou o projeto em risco para a Cidade.

Então, o relatório do CREA – o Prefeito pediu para montar uma comissão, que foi coordenada pelo CREA – é muito claro e diz que o uso metodológico e hidráulico foi insuficiente na mudança do projeto; que o uso de critérios estruturais e construtivos foi inadequado; que a execução da obra se deu com dificuldades operacionais; que a gestão da execução da obra foi uma gestão frágil, com concepção de gestão de projeto com aspecto difuso, não compatível com a boa técnica construtiva. Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores volta aqui, a esta tribuna, para, mais uma vez, vir a público denunciar que a obra do Conduto Forçado Álvaro Chaves, tal como executada, coloca sob risco de desmoronamento o asfalto de toda a estrutura que reveste a tubulação ao longo dos seus mais de 15 quilômetros. Em face disso, a nossa bancada mantém a posição: primeiro, que a Prefeitura de Porto Alegre contrate uma empresa para realizar uma reavaliação completa de todo o percurso, custeado pelo consórcio que realizou a obra, com o acompanhamento da comissão externa designada para a avaliação do primeiro rompimento. Segundo, que a Prefeitura exija do consórcio a reconstrução de

todos os pontos que forem apontados pela avaliação. Terceiro, que os órgãos de controle, como o Ministério Público de Contas e o Ministério Público, investiguem as condições em que a obra foi realizada e responsabilizem aqueles que colocaram a Cidade em risco.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, venho aqui em nome de nossa bancada trazer esse tema que aumentou em...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...Para concluir, Sr. Presidente, que aumentou em R\$ 17 milhões, trocou o projeto, porque, diga-se de passagem, quem coordenou o projeto original foi o Ver. Aírto Ferronato, quando era dirigente do DEP e hoje é o Líder do Governo, e que o projeto foi mudado sem a avaliação técnica suficiente, não dando transparência a esse projeto e, no mesmo ano, pela segunda vez, rompe. Bom, que obra é esta? Então, venho aqui novamente trazer esse debate para que esse problema seja resolvido e a transparência seja dada à cidade de Porto Alegre. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Thiago; Srs. Vereadores, querido Reginaldo Pujol, eu venho aqui, Ver. Pedro Ruas, fazer uma reflexão, depois do Comassetto chegar aqui falando. Eu, lá em 2004, Ver. Paulinho Brum... Eu estou ocupando o tempo de Liderança pelo meu Partido, o PTB, do nosso Líder Cassio Trogildo e mais o nosso querido Elizandro Sabino e Paulinho Brum, venho pedir uma reflexão porque, realmente, eu não entendo o Ver. Comassetto, Ver. Reginaldo Pujol. Quando é bom, eles que levam os louros; quando é ruim, se acontecer um problema, jogam que não querem mais. Eu cansei de vir nessa tribuna e lembro como se fosse hoje, quando começou a obra, e falava que o Prefeito Fogaça tinha olhado o bem-estar do cidadão. Botou R\$ 59 milhões por baixo da terra para dar uma infraestrutura com qualidade no esgoto. E cansei de ver o Ver. Comassetto gritar: "Esse projeto é nosso, é nosso". Agora que deu esse problema, o projeto não é mais deles. Eu não entendo por que fui questionado, várias vezes. Eu mesmo estive com o Ver. Comassetto, e, na CUTHAB, era o nosso querido Deputado Carrion, nós estivemos juntos, várias vezes, e o Ver.

Comassetto sempre questionou. E dizia mais, que o projeto era deles, do PT, do Governo anterior; ex-Prefeito Villela. Isso diziam quantas vezes quisesse.

Estou vendo aqui o querido Ver. Roni. Um grande abraço.

Eu não posso entender certas coisas, se fosse bom, era deles. Veementemente, eles diziam que o projeto era deles, mas, quando deu problema, ex-Prefeito Villela – qualquer obra dá problema –, aí o projeto não era mais deles, aí não era bom para eles. E acho muito interessante, Tarciso, que, quando as coisas são boas, aí é bom, mas quando deu problema, botam para lá, porque não serve mais. Eu tenho certeza absoluta disso, mas falo para o Ver. Comassetto, meu querido amigo, para lembrá-lo do que ele falava, isso é para refrescar as suas ideias.

Vi os jornais, Ver. Reginaldo Pujol, e fiquei muito triste de ler que um Vereador, lá no Rio de Janeiro, disse que mendigo tinha que ser ração para peixe. Por mais que ele tentasse se explicar, Ver. Pedro Ruas, não me convenceu. O peixe morre pela boca, ele falou exatamente o que tem vontade de dizer e agora está querendo se explicar. Isso não tem cabimento, as pessoas que estão na rua não estão lá porque querem, todos sabem o quanto é difícil essa situação. E aí eu comecei a pensar: como um cidadão, um Vereador, tem a capacidade de falar, de dizer que mendigo tem que ser ração para peixe? Isso é muito dolorido, Ver. Pedro Ruas. Eu quero dizer para os senhores que eu fui morador de rua e jamais imaginaria que alguém ia considerar que as pessoas que moram na rua têm que ser ração para peixe. Eu realmente fiquei muito triste porque não acho... Esse Vereador até tem problema, é louco por falar isso. É louco! O cidadão que vai morar na rua nem sempre quer morar na rua; ele vai morar na rua porque não tem mais onde morar, Ver. Pedro Ruas. A única saída dele é morar debaixo de um viaduto, nas marquises, nas praças, morar na rodoviária ou no aeroporto, é a única saída que ele tem. E aí um Vereador fala isso? Quero dizer que merece um repúdio o cidadão que falou isso, porque não tem cabimento, eu fiquei muito chateado com isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo o Memorando nº 34, de autoria do Ver. Professor Garcia, que solicita representar esta Casa no evento escolar Cidades Amigas da Educação Física Escolar e no lançamento da Frente Parlamentar em Apoio ao Profissional de Educação Física.

Aprego o Requerimento, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que solicita representar esta Casa na comemoração e reunião da categoria comerciária, nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2013, em Brasília/DF.

Depois nós vamos ver estes apregoamentos, Diretor Luiz Afonso, porque nós havíamos feito uma combinação de, na quarta-feira, não termos essas representações.

Aprego o Memorando nº 041/2013, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que solicita representar esta Casa no Ministério do Trabalho e do Emprego, no dia 31 de outubro.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Ver. Dr. Thiago, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; Vereadores, Vereadoras, pessoal que nos prestigia com sua presença, também aqueles que nos assistem pela TVCâmara, ocupo esta tribuna, hoje, surpresa, mais uma vez, e chocada com a matéria que li nos jornais. E vou ler aqui a manchete, que diz: “Governo quer diálogo com o *black blocs*. Para Gilberto Carvalho, só reprimir não resolve a profundidade do problema. O Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse ontem que o Governo busca interlocutores com o movimento dos *black blocs*.” Eu vou resumir em miúdos o que isso significa. O Governo quer diálogo com vândalos, com criminosos! Ora, eu não posso acreditar que se pense em dialogar com quem está por aí tocando terror, destruindo o patrimônio público e privado, agredindo pessoas por causa nenhuma! Até agora não encontrei nada no mundo que justifique esses atos terroristas. Então o Governo Federal quer dialogar com vândalos que depredaram o patrimônio público, privado, enfim, tudo isso que todos nós sabemos que está acontecendo pelas cidades do Brasil! Ora, o Governo tem que adotar medidas preventivas para não ocorrer mais esse tipo de atitude de vândalos, de criminosos. Ele tem que usar o seu serviço de inteligência; a Polícia Militar que previne com sua postura ostensiva. E, se ocorrer alguma coisa, ele tem que prender e levar para a Polícia Civil. Esses vândalos, esses criminosos têm que conversar é com o juiz! O diálogo deles é com os juízes e não com o Governo Federal! O Governo tem que conversar com a sociedade civil organizada, com o cidadão de bem, com esse mesmo cidadão que está tendo o seu direito básico de ir e vir impedido; com o cidadão que paga os seus impostos, com esse cidadão o Governo tem que conversar.

Mais uma vez, eu ocupo a tribuna para dizer, como cidadã, que paga os seus impostos, que cumpre as leis, que é Vereadora desta Cidade, que zela pela ordem, que eu estou impressionada, chocada com o Governo Federal que diz que vai conversar com criminosos que estão aterrorizando, espalhando pavor no Brasil! São muitas as matérias na imprensa que falam sobre esse assunto.

Neste momento, me reporto a uma lembrança do meu sábio pai que dizia que na política um governante, para dar certo, precisa ter três conselheiros: um conselheiro jurídico de confiança; um conselheiro político com visão ampla do custo/benefício e um conselheiro de comunicação. Sinto dizer, nesta tribuna, que o Governo Federal não tem nenhum desses três conselheiros, porque, no momento em que vai conversar com vândalos criminosos, está faltando noção da realidade. Obrigada.

(Revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. João Derly está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO DERLY: Boa-tarde, Sr. Presidente, demais Vereadores, público nas galerias, venho a esta tribuna para falar sobre a Semana do Judô, em homenagem à aprovação do dia 28 de outubro como o Dia do Judô, que também é o dia mundial, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa. Gostaria de fazer esta homenagem a um esporte tão importante para nossa sociedade, eleito até pela UNESCO como o esporte mais completo na formação de crianças e jovens. Um esporte que, além das atribuições psicomotoras para crianças e jovens no seu desenvolvimento, lida com as relações interpessoais. É um esporte extremamente disciplinador, um esporte educador, tanto é que hoje, através da união do Programa Mais Educação com o Projeto Segundo Tempo, há possibilidade de monitorias nas escolas, abrindo um número maior de praticantes de judô dentro da educação. O esporte tem sido muito requisitado e procurado nas escolas, e, com certeza, pode acrescentar muito aos nossos jovens.

É um esporte que nos traz tantas alegrias, por exemplo, temos aqui, em Porto Alegre, a Mayra Aguiar e o Felipe Kitadai, ambos medalhistas olímpicos em Londres, referências para o nosso esporte, para as gerações, para a criançada, para os jovens. Temos também o Yves, que é um atleta que tem Síndrome de Down e está indo lutar o For All,

na Holanda. O Yves é o mais jovem faixa preta do Brasil, portador da Síndrome de Down, um grande atleta e uma grande pessoa, hoje fazendo também faculdade lá na Sogipa. E também temos a Luíza Oliano, uma atleta cega, que também é medalhista em mundial e tem futuro para chegar às paraolimpíadas e disputar uma medalha. E eu gostaria de fazer a homenagem aos professores que formam e fazem desses atletas, desses jovens vencedores, principalmente cidadãos na vida e dentro do esporte, mas o grande legado do esporte, Ver. Mauro Pinheiro, é o legado da cidadania, é o legado de saber lidar com as vitórias e com as derrotas, da disciplina, de lutar, de nunca desistir. Então, essa é a nossa homenagem à Semana do Judô. Estaremos fazendo uma ação, no domingo, com vários atletas na Redenção.

Eu queria falar sobre outro assunto, que é o incêndio na Sogipa. Dez por cento da sede social acabou pegando fogo. Deixaram ligada uma fritadeira elétrica, o que acabou comprometendo a sede do clube. É o clube em que passei minha vida inteira, onde aprendi, recebi muitos amigos. Hoje até tivemos um ato de solidariedade, fizemos um abraço simbólico ao clube. Nós tivemos mais de mil pessoas presentes – autoridades, frequentadores, trabalhadores, sócios do clube, atletas –, solidarizando-se ao clube, para que possa reabrir o mais rápido possível as suas portas. Esse é o nosso desejo. Dez por cento da sede foi comprometida, mas o clube inteiro – quem o conhece sabe o tamanho que tem – está com as portas fechadas, impossibilitando os atletas de treinar porque têm que procurar outro local, impossibilitando os trabalhadores de exercerem o seu trabalho, os sócios de frequentarem o clube. Eu acho que a gente tem que ter uma boa vontade, e temos recebido uma atenção especial do Vice-Prefeito, Sebastião Melo, que tem se comprometido a auxiliar e fazer a liberação o mais rápido possível para que possam ser estabilizadas as atividades na sede esportiva, na pista de atletismo, nas quadras de tênis, e tudo o que é terceirizado dentro do clube possa também estar funcionando rapidamente. E que nós possamos superar esse trauma...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...Só para concluir, protocolei, há pouco, uma Moção de Solidariedade para o clube, e espero que os Vereadores possam também estar votando conosco, para que nós possamos nos solidarizar, mostrando que esta Casa está solidária com as ações que têm acontecido na Sogipa e que estão prejudicando um grande número de pessoas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho aqui, em nome da Bancada do PSOL, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, tratar de um tema que há muito a Câmara de Vereadores vem tratando. Nós recebemos, em março deste ano, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, na qual tive a oportunidade de estar presente, Ver. Dr. Thiago, o pleito dos trabalhadores aprovados no Concurso Público nº 470, que lutavam e lutam por direito ao trabalho, por um lado, mas, sobretudo, pelo direito de qualificar a saúde pública no nosso Município. Nós sabemos que os técnicos de enfermagem, que são os cargos que foram criados a partir do Concurso Público nº 470, faltam em todas as esferas municipais: no HPV, são mais de cem técnicos de enfermagem que faltam; no Hospital de Pronto Socorro, são quase 200 técnicos de enfermagem que faltam – e eu vejo aqui o colega João Ezequiel, grande guerreiro, junto com as lutadoras da categoria, como a Michele e tantas outras e outros.

Vivemos uma verdadeira crise na saúde pública, e uma crise que vem de uma série de desmandos, da falta de investimento, da falta de prioridade naquilo que é importante para a população, nas áreas sociais, como a educação, a saúde, a assistência, e, ao mesmo tempo, da intransigência, seja do Governo, seja do Secretário Municipal da Saúde.

Essa luta começou em março, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente – e vejo o Ver. Paulo Brum, Presidente dessa Comissão, onde foi assumido o compromisso de que viria o projeto para a Câmara; depois, nós os recebemos na Comissão de Direitos Humanos, porque foi dado um prazo para o projeto vir à Câmara. Fizemos uma audiência em junho, e o prazo, Ver. Mario e Ver. Luiza, era o dia 9 de julho, para que a Câmara de Vereadores recebesse o projeto que extingue os cargos de auxiliar de enfermagem e cria os cargos de técnico em enfermagem para poder chamar esses concursados e melhorar o atendimento na saúde pública do nosso Município. Nós fizemos Moção nesta Câmara apoiando a luta dos técnicos de enfermagem; fizemos as denúncias, sistematicamente, nesta tribuna, de que o projeto não havia chegado, e reclamávamos que um compromisso

havia sido descumprido com os Vereadores e Vereadoras desta Casa, descumprido com o Simpa e com os trabalhadores. E essa luta dessa valorosa categoria, e a luta de todos aqueles que foram solidários a essa mobilização, conquistou a chegada do projeto. Semana passada, a Câmara já o aprovou na Reunião Conjunta das Comissões na quarta-feira. E nós queremos requerer, nesta tribuna, como fizemos na Reunião de Mesa e Lideranças – e naquele momento houve acordo –, na segunda-feira passada, que esse projeto seja priorizado na tarde de hoje. Se ele demorou a vir do Governo até a Câmara Municipal, se a população de Porto Alegre ainda segue pagando pelas péssimas condições de investimento na saúde pública, se é verdade que os hospitais estão querendo reduzir os atendimentos em emergência – o que, para nós, é um escândalo, porque a população precisa do atendimento de urgência e emergência... Estão querendo restringir, no Pronto Socorro, esse tipo de atendimento para uma população que pena pela falta de profissionais na área de Saúde, pela falta de médicos, e a dificuldade em conseguir os exames, encaminhamentos para cirurgias e para os atendimentos necessários à população. Se nós todos temos acordo com isso, e eu sei que os trabalhadores trouxeram essas denúncias sistemáticas dessa ausência dos profissionais, nós, na Câmara, temos que dar o exemplo: aprovar o projeto na tarde de hoje e louvar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da área da Saúde, que conquistaram a vinda desse projeto, que garantiram que ele chegasse aqui e que, mesmo que o Executivo tenha demorado muito tempo daquilo que foi comprometido nas Comissões, mais uma vez, se demonstrou que a luta conquista. Então, eu quero, neste momento de Liderança, requerer a todos os líderes que seja priorizado o projeto dos técnicos em enfermagem na tarde de hoje. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PEDRO RUAS (Requerimento): Eu requeiro a V. Exa., Vereador-Presidente Dr. Thiago, como já fiz há poucos minutos, aliás, elogiando a boa vontade de V. Exa. nesse sentido, que assim que entrássemos na Ordem do Dia, o primeiro movimento, a primeira ação de plenário fosse a votação desse requerimento da bancada do PSOL, que a Ver.^a Fernanda Melchionna fez brilhantemente agora e reiterou da tribuna, para que colocássemos para votação, no dia de hoje, o projeto que trata dos interesses dos técnicos de enfermagem. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu quero lhe dizer que, assim que nós entrarmos na Ordem do Dia, baseado nessa solicitação e até porque nós somos sensíveis também a essa situação – e eu acho que a Ver.^a Fernanda Melchionna nominou bem muitos Vereadores, para não dizer a totalidade de Vereadores, e o Ver. Paulo Brum trouxe esse assunto sempre à reunião de Mesa e Lideranças –, eu vou chamar as Lideranças à Mesa para podermos colocar exatamente a ordem das votações. Isso, assim que abirmos a Ordem do Dia.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Estimados colegas, muito boa-tarde a todos e todas, todos que estão aqui no nosso plenário no dia de hoje, todos os que nos assistem pela TVCâmara, e Presidente da Casa, Ver. Dr. Thiago. Quero retomar um assunto, agradecendo ao Ver. Pedro Ruas e à Ver.^a Fernanda Melchionna por abrirem esse espaço para mim na Liderança de oposição, assim como o Ver. João Derly e meus colegas do PT, para retomar o assunto já trazido pelo Líder do PT, Ver. Engº Comassetto, do Conduto Álvaro Chaves. Eu acompanhei os debates já feitos hoje, e o Ver. Pedro Ruas contou uma história que merece ser compartilhada com os colegas. O senhor me dá licença de compartilhar um assunto, uma história íntima da sua vida? (Assentimento do Ver. Pedro Ruas.) O Ver. Pedro Ruas nos contava que o seu pai tinha um fogão, provavelmente comprado com as suas economias. Comprou um fogão ponta de linha quando era solteiro em Passo Fundo, um fogãozinho de duas bocas, *top* de linha, belíssimo, a lenha, último modelo. O fogãozinho era perfeito, mas tinha um problema, um pequeno detalhe: quando ele era ligado, não funcionava. Ele estourava, acabava rachando, não se podia ligar o fogãozinho. Ele era muito bonito. Fora isso, ele era perfeito. E esse assunto, inclusive, depois foi levado ao casamento: quando seu pai se casou com sua mãe foi motivo de disputa na casa, porque seu pai não queria se desfazer do fogãozinho que era perfeito, mas não podia ser ligado. E me parece que essa história, muito bem contada pelo nosso colega Pedro Ruas, serve para falar da maior obra da nossa Cidade, que é perfeita, é realmente uma obra maravilhosa para ser mostrada em

programas de tevê, na campanha eleitoral. Só tem um problema, Vereador, meu querido amigo gremista como eu, Brasinha: não pode chover na Cidade. É um duto perfeito, maravilhoso, só não pode chover. Caiu uma chuva maior na Cidade ele rompe. Então nós temos um problema do que fazer com o duto que não pode receber chuva, o duto que, cada vez que tem água, ele se abre em alguma parte da Cidade. A primeira vez que aconteceu, no início deste ano, eu me recordo que estava começando a minha passagem pela Câmara, e me disseram o seguinte: “Choveu muito, vocês estão agourando, criticando, sendo urubus, e, na verdade, foi porque tivemos uma chuva histórica, como nunca antes vista na história da Cidade” – o que inclusive não era verdade. E, quando vieram os técnicos aqui, o que disseram? “Não, não foi isso que aconteceu”. Segundo os técnicos do CREA, o problema é que o duto foi mal construído, mal fiscalizado, foram utilizados materiais de má qualidade; a alteração feita não levou em conta os critérios de engenharia mínimos, e agora nós temos sobre a Cidade uma bomba-relógio que a cada chuva pode explodir em algum dos seus 15 quilômetros.

Então, nós temos esse pequeno problema a partir de agora: toda vez que chover, vamos ficar esperando em qual ponto da Cidade, em qual dos 15 quilômetros do duto ele vai estourar, carregando carros, carregando pessoas, interditando ruas. Temos esse pequeno problema que já foi, inclusive, objeto da análise de pesquisadores independentes, e me parece que, até o momento, a Prefeitura não fez o estudo completo de todo o duto, como foi exigido pelo relatório do CREA. O problema é que daqui a cinco meses a garantia da obra expira, e aí os custos de cada tapa-buraco... O duto não deveria ser objeto de tapa-buraco como está sendo feito agora, estão jogando asfalto em cima de um duto em que a pressão da água depois vai estourar de novo. E quem paga os custos desses reparos? Quem vai pagar os custos de um estudo nesses 15 quilômetros para tentar enxergar onde há falta de fiscalização da Prefeitura, desses R\$ 15 milhões a mais que foram gastos além do previsto e que não foram devidamente fiscalizados? Quem paga a conta? Novamente vai ser a Cidade ou nós, efetivamente, vamos cobrar do consórcio? Então, temos uma bomba-relógio sobre a Cidade e não vamos ter que chamar nenhum partido, mas, sim, ficarmos nos próximos anos rezando para São Pedro para que ele não faça chover sobre a Cidade para não explodir nenhuma rua de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Pedro Ruas, tenho a impressão de que V. Exa. distorceu a história do seu pai ao Ver. Alberto Kopittke, até porque lá em Iraí, Ver. Pedro Ruas, e em Frederico Westphalen, nós não “ligávamos” fogão a lenha. (Risos.) É uma brincadeira salutar, respeitosa. V. Exa. é bem mais jovem.

Eu quero fazer uma sugestão, Ver. Mario Manfro. Nós temos vários encaminhamentos hoje para dar preferência para um e para outro projeto. Vamos fazer um acordo? Vamos combinar os detalhes do desenrolar da nossa Sessão, porque, se dermos preferência para um ou outro projeto para que ele seja votado inicialmente como primeiro projeto, nós temos que ter uma certa segurança porque, se todos os Vereadores ou todas as bancadas forem discutir o projeto, vamos terminar a tarde com um único projeto. Então, vamos fazer um acordo: fala, imagino, pela oposição, pela situação, o autor, para nós objetivarmos. A bancada do PROS dá acordo, apenas fazendo esse apelo para que não venhamos todos nós, Vereadores, discutir o mesmo projeto, porque aí não vamos progredir muito durante a tarde em razão de que temos vários projetos para serem votados hoje. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (15h9min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, ao PLL nº 062/13.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que solicita dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 062/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego o Requerimento, de autoria da Ver.^a Séfora Mota, que solicita representar esta Casa no evento Encontro com Parlamentares com Atuação e Interesse na Área com Pessoa com Deficiência, no período de 30 a 31 de outubro, em Brasília, com custeio de viagem.

Aprego Requerimento, de autoria da Ver.^a Any Ortiz, que solicita representar esta Casa no XXII Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, no período de 30 a 31 de outubro, em Brasília, com custeio de viagem.

Solicito aos Srs. Líderes que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Eu quero agradecer a todas as lideranças pela ajuda e pela compreensão. Eu quero agradecer as 13 Lideranças desta Casa: Ver. Pujol, Ver. Ferronato, Ver.^a Cony, Ver. João Derly, do PCdoB; Ver. Mario Manfro, Ver. Eng^o Comassetto, Ver. Pedro Ruas e Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Cecchim, Ver. Nedel, Ver. Márcio Bins Ely, do PDT; Ver. Tarciso, do PSD; Ver. Vendruscolo, do PROS; Ver. Trogildo, do PTB; e a todos os Vereadores que foram sensíveis a esta necessidade da Cidade.

Em discussão o Requerimento nº 175/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 131/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 039/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Mario Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 039/13.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público nas galerias, em especial público da saúde, que está aí nos acompanhando mais uma vez; na verdade, o nosso Líder não tinha comunicado a decisão dos líderes, então é importante

começar pelo encaminhamento da bancada do PDT que também trabalhou em cima deste projeto, em especial – não poderia deixar de citar – o médico Ver. Dr. Thiago, o Ver. Nereu, o Ver. Márcio, a Ver.^a Luiza, que participou de audiência na CEDECONDH, junto com a Ver.^a Fernanda, o Ver. Delegado Cleiton e este Vereador, junto à CEDECONDH. O Ver. Márcio Bins Ely também foi um dos tantos que trabalharam em cima disso.

Vossas Senhorias sabem, eu só vim aqui fazer o encaminhamento e esclarecer que, no primeiro momento, eu não tinha me manifestado, mas, graças a Deus e a vocês, também, que fizeram essa pressão justa e legítima, hoje, vai à votação este projeto, e tenho certeza de que será aprovado por unanimidade, porque, na verdade, todos os 36 Vereadores participaram deste projeto, de uma maneira ou de outra. Não sei se vocês estavam aqui no dia em que o Ver. Paulo Brum fez o parecer conjunto das Comissões, que foi aprovado por unanimidade, mas ali todos os Vereadores também participaram.

Hoje, os Vereadores presentes – os que não estão aqui na Casa estão em representação – votarão a favor. Mas quero dizer que é um projeto de Governo, que foi tirado à força – como a gente fala na Comissão –, com dificuldade, mas foi tirado. E eu fico contente, por isso pedi ao nosso Líder, Ver. Márcio Bins Ely, para encaminhar pela Bancada do PDT, porque eu me considero contemplado neste projeto, Ver. Márcio, Ver.^a Luiza – que tanto participou conosco da CEDECONDH, junto com a Ver.^a Fernanda –, eu me sinto gratificado e contente por fazer parte. Eu sempre faço questão de dizer que sou Vice-Líder do Governo Fortunati, e aqui, então, a vitória dos 36 Vereadores que participaram; de vocês, que fizeram a pressão legítima; mas, em especial, do Governo Fortunati. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 039/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; e põe-se por justiça, Presidente, que eu realce a atuação da sua pessoa no bom encaminhamento que teve este projeto que vai à votação no dia de hoje, por uma construção com as totalidades das Lideranças da Casa, alertados por V. Exa. a respeito da conveniência, fundamentado inclusive no belo Parecer do Ver. Paulo Brum, Presidente da COSMAM e Relator-Geral

da matéria no exame pela Reunião Conjunta das Comissões. Dizia eu que V. Exa. enfatizava a conveniência, com a brevidade devida, de nós votarmos este Projeto de Lei e atendermos a comunidade e o justo reclame dos envolvidos diretamente na matéria, que outros não são senão aqueles que concursados aguardam a sua nomeação.

Por isso, Sr. Presidente, eu venho à tribuna para demonstrar que quando essa Casa quer, os entendimentos são construídos e que, por incrível que pareça, a construção desses entendimentos não tem paternidade, é o coletivo da Casa que se soma num consenso admirável que produz o entendimento necessário para que determinados processos, pela sua excelência e pela sua natureza, possam ter uma tramitação especial, como é o caso concreto.

Por isso, Sr. Presidente, sem mais delonga, porque o propósito nosso é ver consagrada na tarde de hoje a vontade da Casa pela sua unanimidade, eu saio da tribuna na consciência de que não faltará a contribuição de todos os partidos políticos com representação na Casa, do Governo ou fora dele, para que, nesta tarde, se aprove este Projeto de Lei e se atenda a esse justo reclamo da comunidade interessada. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 039/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Também quero, muito rapidamente, fazer o encaminhamento desta matéria, afinal os colegas técnicos em enfermagem já esperaram bastante tempo para que o projeto chegasse à Câmara, e nós não queremos que haja delongas para a aprovação.

Quero registrar, em nome do Ver. Pedro Ruas e em meu nome, o agradecimento a todos os Líderes, enfim, que tiveram a sensibilidade de priorizar o projeto. Tenho certeza de que será um projeto votado por unanimidade nesta Casa, mas eu queria me dirigir aos técnicos, primeiro, dizendo da luta que segue, porque uma coisa é a aprovação do projeto, outra coisa é o chamamento e a nomeação desses trabalhadores, prezado João Ezequiel. Essa é uma luta que ainda está em curso, ainda que seja uma vitória enorme que o projeto tenha vindo a partir da mobilização de vocês, e, por outro lado, tenha sido

muito rápida a sua tramitação aqui na Câmara, também graças à pressão permanente dos técnicos que nos mandavam *e-mails*, que ligavam, que contatavam conosco, sistematicamente, para pedir notícias e ajuda na cobrança ao Executivo. E quero dizer mais: da luta depois do ingresso no serviço público, porque essa luta ocorre em defesa de uma saúde pública de qualidade para a população, a luta por direitos, a luta para que haja valorização do funcionalismo público, pela volta das 30 horas, a luta contra o assédio moral na saúde, que é uma vergonha; uma das Secretarias que mais registra casos de assédio moral desrespeita esses trabalhadores valorosos da nossa saúde; a luta, junto com a categoria dos municipais para um plano de carreira que possa contemplar e, de fato, apresentar alternativas para a valorização do serviço público, que é a valorização desse serviço, em última análise, para a população.

Então, eu vim aqui, muito rapidamente, para agradecer que o projeto seja votado de forma célere, tendo a certeza de que ele vai ser votado por unanimidade, mas, sobretudo, para parabenizar a luta dos técnicos e dizer que essa é uma luta que segue. Parabéns e contem com o PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 039/13.

A SRA. MÔNICA LEAL: Que bom que hoje eu ocupo esta tribuna pela segunda vez para festejar esta grande vitória de vocês e por que não dizer da cidade de Porto Alegre no momento em que este projeto tem como objetivo criar esses 106 cargos de provimento efetivo de técnico de enfermagem. Nós sabemos muito bem que, na atual situação, nesta questão da saúde, a importância do trabalho que os técnicos de enfermagem fazem, para que as pessoas tenham esse atendimento no início, durante e por todo o processo de restabelecimento. Em nome da Bancada do Partido Progressista, eu quero deixar aqui o nosso total apoio e comemorar com vocês este projeto. Obrigada. (Palmas.)

(Revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Mario Manfro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 039/13.

O SR. MARIO MANFRO: Ver. Dr. Thiago, caros colegas, técnicos de enfermagem, nós estamos de parabéns, mas principalmente vocês, porque, acima de tudo, a luta não é de um, de dois, de uma bancada; a luta é de uma categoria. Eu acho que vocês, acima de tudo, é que merecem os méritos dessa conquista. Quero parabenizar também o Poder Executivo, porque, dentro daquilo que tem sido dito, de que vai haver diversos cortes no Orçamento, o Prefeito de Porto Alegre tem dito que não gostaria de cortar recursos justamente na saúde, e ele está cumprindo o seu compromisso. Sou um defensor da saúde bucal, da saúde como um todo, e luto muito pela saúde bucal, e vocês mesmos devem ser testemunhas de como faz falta um número maior de dentistas nos postos de saúde, nas Unidades Básicas de Saúde. Bom, se não deu para contemplar aquilo que nós estávamos pressionando, que bom que vocês conseguiram. E nós vamos continuar – vocês também conclamam – no sentido de que continuar nessa briga, nessa pressão saudável, porque, ao fim e ao cabo, quem sai ganhando é a população de Porto Alegre, com atendimento mais qualificado. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 039/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoal que está conosco na tarde de hoje com interesse na discussão e aprovação deste projeto, quero registrar, em meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista, da nossa Bancada do PSB e da Liderança do Governo, e dizer que temos acompanhado, há tempos, a disputa e a luta de vocês por essa nomeação e por esse processo. Lá em uma determinada fase dos acontecimentos, havia uma manifestação de que, na verdade, não se chamaria mais ninguém para o serviço público. Confesso que essa posição me preocupou, mas que, graças à interferência, à presença e à participação de todos os Vereadores aqui da Câmara, muito essencialmente pela luta de vocês, nós vemos hoje que iremos aprovar este projeto, o que é uma conquista para vocês, uma vitória do pessoal da enfermagem. É um projeto do Executivo para ser votado aqui; portanto uma vitória também do nosso Executivo Municipal; e é, sim, uma conquista para a cidade de

Porto Alegre que sempre pleiteia maior estrutura quando se trata de assuntos relativos à saúde pública da nossa Cidade.

Portanto, em nome da nossa Bancada do PSB, em nome da Liderança do Governo, estamos trazendo um abraço a todos vocês e a todos os Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 039/13.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, prezados trabalhadores da saúde aqui presentes, toda vez que temos um debate sobre qualquer projeto que diga respeito à saúde, e, no caso específico, o projeto que cria 106 cargos de técnico em enfermagem, é um projeto positivo e tem o nosso apoio, pois ele traduz aqui um conceito de saúde pública, que é saúde pública com funcionário público. Essa estruturação tem que avançar, porque nós temos aqui, prezado Mario Manfro – o senhor que é da área da saúde –, uma discussão que iniciamos lá em 2005 e que não acabou até hoje, que é sobre a política da saúde da família, sobre a qual teve uma longa discussão. Constituiu-se o instituto, nós fomos aqui contrários ao conceito do instituto que foi implantado, que é um instituto privado, de interesse público, e nós dizíamos que um instituto teria que ser público de interesse público. E para atingirmos os 100% do SUS, precisamos ter funcionários públicos e, junto aos funcionários públicos, um plano de carreira que garanta a funcionalidade e garanta a ascensão dos funcionários ao longo da sua vida. Nós não acreditamos que um trabalhador da saúde não tenha um plano de carreira que não lhe ofereça uma tranquilidade, porque o trabalhador da saúde, assim como qualquer outro trabalhador, tem que ter tranquilidade e dedicação. Portanto, ele não pode ter 10 empregos ao mesmo tempo, deslocar-se de um lado para outro, se o serviço público não lhe oferecer a garantia da carreira. Então, o projeto que aqui é trazido estabelece o plano de carreira aos funcionários da Administração Centralizada do Município. Isso é um avanço para nós.

Quero dizer que, neste momento, Porto Alegre, assim como todo o Brasil e todo o Rio Grande do Sul, as senhoras e os senhores que aqui estão, técnicos de enfermagem, certamente vão trabalhar junto com a quantidade de médicos que estão vindo de outros

países para ajudar a cumprir uma função social na política do Programa Mais Médicos. Há poucos dias aprovamos aqui, nesta Casa, uma Moção de Apoio e Recepção a esses profissionais porque estão vindo para colaborar com a saúde pública. Então, aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, em meu nome, da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Alberto Kopittke, do Ver. Mauro Pinheiro e do Ver. Marcelo Sgarbossa, quero dizer que teremos o voto favorável a este projeto e queremos estender a toda categoria da saúde para que também tenham um plano de carreira. Um grande abraço e muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o PLE nº 039/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** (Palmas.)

Parabéns aos aprovados no concurso! Que tenham um futuro profícuo na Prefeitura e sejam felizes.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, à Emenda nº 02 ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

Aprego Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

Em discussão o PLL nº 268/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 038/12. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o dia de hoje, festivamente comemorado pelo pessoal da enfermagem, pode gerar um novo festejo, que é a votação do PLE nº 038/12, que tramita desde setembro de 2012, uma proposta do Governo Municipal que estabelece incentivos para adequação e conclusão

de prédios inacabados no Centro Histórico, visando à sua reinserção na estrutura urbana da Cidade. Esse projeto tem merecido as mais amplas discussões aqui na Casa; tendo merecido, mais recentemente, um parecer alentado, produzido pelo Ver. Márcio Bins Ely, Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e designado Relator Conjunto da matéria. O Vereador analisa, no caso, o Substitutivo nº 01, e as Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 ao Substitutivo nº 01. E é sobre esse Substitutivo que eu quero fixar a minha manifestação, acrescentando ainda que, além das emendas já referidas, o Substitutivo recebeu ainda as Emendas nº 04 e nº 05, que complementam o debate em torno dessa matéria realizada. E justifico, inclusive, em uma manifestação do Ver. Tarciso Flecha Negra, que contesta a manifestação de quem vislumbrou óbice jurídico na tramitação da Emenda nº 01 ao PLE nº 038/12. Deixo de me manifestar sobre a Emenda nº 01, que também mereceu a manifestação do Ver. Bernardino Vendruscolo, porque, como já disse, entendo prioritário que se ofereça um debate mais amplo com relação ao Substitutivo, porque é consenso que o mesmo poderá por fim a esse processo, à medida que, se aprovado, logicamente o projeto do Executivo fica subsumido à aprovação do Substitutivo com suas emendas.

Como eu disse, o Substitutivo, além das Emendas nº 1, nº 2 e nº 3, que já tinham sido examinadas pelo Ver. Márcio Bins Ely, ainda recebeu as Emendas nº 4 e nº 5, que receberam, da mesma forma, um extenso parecer do Relator, que também finalizou a sua posição, acentuando: “Reafirmamos o nosso parecer pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 03 ao projeto, do Substitutivo nº 01 e das Emendas nº 1, nº 2 e nº 3 ao Substitutivo, e pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01 ao projeto, manifestando ainda pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 04 ao Substitutivo nº 01 e da Emenda nº 05 ao mesmo projeto”.

Ora, Sr. Presidente, nós vamos precisar fazer uma análise mais aprofundada dessas emendas para orientar a votação final, porque o parecer, criteriosamente, em determinado momento, aprova as emendas, e, no outro momento, rejeita as emendas, mas o que prevalece, ao final e ao cabo, é a prevalência do Substitutivo como sendo o foco principal da nossa análise, da nossa discussão. O mesmo merece aprovação, no nosso entendimento, com as Emendas nº 1, nº 2 e nº 3, e, segundo a recomendação do nosso ilustre parecerista, com a rejeição das Emendas nº 4 e nº 5.

Assim, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acredito que, votando a matéria no dia de hoje, vencemos um problema que é histórico no Município de Porto Alegre, que é essa série de esqueletos que existem na Cidade, os chamados prédios inacabados, cuja conclusão urge ser realizada. É um desejo da Cidade como um todo e que agora se estimula a sua conclusão. Se esse não é o melhor caminho, pelo menos há de se reconhecer que é um bom caminho, um caminho que...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todos e todas, servidores, Sras. Vereadores e Srs. Vereadores e público que nos assiste. O Ver. Pujol terminou falando da ideia do projeto, que é o que nós precisamos aprofundar. O projeto, pelo nome e pela temática, dá a entender que estamos falando daqueles prédios inacabados, feios, e que, por algum motivo ou por outro, os seus proprietários não conseguiram concluir. E, em tese, isso é algo que todos desejam; ninguém deseja ter – como é chamado, apelidado – o projeto para terminar com os esqueletos da Cidade. Mas é bom conjugar isso com a questão que, desde 1999, nós temos um Plano Diretor na Cidade que instituiu uma série de regras e regulamentos dos índices construtivos, na questão viária e uma série de questões, em um amplo debate com a Cidade. E a todo o momento, e esse parece ser mais um caso, criam-se exceções e formas de não cumprir o nosso Plano Diretor da Cidade. Fomos procurados pela Associação dos Moradores do Centro Histórico, e o que parecia ser algo ligado mais à questão do Centro, com uma audiência pública que aconteceu aqui, entendemos que isso acabou tomando uma dimensão muito maior, no sentido de que há muitas pessoas olhando para essa situação. Nem vou falar, provavelmente a Ver.^a Sofia e a Ver.^a Fernanda falarão das questões do Museu, pois temos ali justamente um Museu que ficará comprimido, se feito também o empreendimento do outro lado. Estou falando da questão do terreno da Rua Duque de Caxias, onde está prevista a construção de um hotel. Mas o que nos chamou muito a atenção foi mais como as coisas foram sendo encaminhadas. A primeira delas foi que,

pág. 23

quando o Executivo apresentou o projeto, ele listou meia dúzia de endereços, Ver. Villela, que seriam beneficiados. Então, já se começaria aí o questionamento se podemos aqui tratar de uma lei que deve ser impessoal e deve ter a abrangência geral de tratar apenas de seis empreendimentos. Mas no decorrer da discussão se percebeu que não se trata... é uma lei que virá para o benefício da construção de um empreendimento apenas, que é justamente esse terreno da Rua Duque de Caxias, nº 1.194. Então, no projeto do Executivo não traz um levantamento de quantos seriam os prédios, não foi possível entender até o momento que abrangência geral tem a aprovação dessa lei. O que se entendeu, até agora, é que, com certeza, há um empreendedor muito preocupado, que tem participado das audiências, não se esconde, vem, debate – isso é meritório –, mas, de fato, outros empreendedores que poderiam ter esse interesse também, não compareceram. No nosso entendimento, nós devemos tratar esse projeto específico da Rua Duque de Caxias como um projeto especial, com todo o seu regramento. Se queremos fazer uma exceção ao Plano Diretor, que façamos dentro da ideia da legislação, tratando ele como um projeto especial. Nós estivemos lá, queremos aqui agradecer ao Ver. Delegado Cleiton, Presidente da CUTHAB, que inclusive fez uma visita muito esclarecedora, um empreendedor cedeu, abriu a possibilidade de rever o projeto, no Executivo se encaminhou a ideia de um debate interno que pudesse, de alguma forma, atender ao interesse de todos. Não se avançou mais que isso. O que temos hoje? É a possibilidade, se o projeto for aprovado, de ser colocada, literalmente, uma imposição, seja aos moradores do entorno, seja à Cidade, seja às pessoas que estão mais na defesa das questões do Museu.

Então quero me abster de entrar em cada emenda e ao substitutivo do Ver. Bernardino e queria debater o mérito mesmo. Se nós aprovarmos este projeto hoje, estaremos fazendo uma lei direcionada que atenderá talvez um, talvez dois, Brasinha. O Brasinha também esteve lá na visita, acompanhou. Quero repetir aqui que o que mais nos chama atenção nesse projeto é que o interesse é apenas de um empreendimento; surgiu nessa audiência pública, em todos esses debates que fizemos até agora. Parece-me que não podemos tratar de uma lei que passa na Câmara, que deveria ser impessoal, geral, no benefício de apenas um empreendimento particular. Vamos debater cada emenda, se for o caso, mas me parece que, de novo, a sociedade está sendo atropelada pela força do Executivo, caso este projeto seja aprovado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; pedi para projetar essa imagem (Mostra projeção de imagens.) de um local distante, mas hoje não há mais locais distantes no mundo, estamos num mundo globalizado. Por que escolhi especificamente essa imagem? Estamos falando da *city* londrina, que é um lugar medieval, nós temos prédios históricos da Idade Média e, mesmo num local de prédios históricos da Idade Média, se permite a construção, segundo determinados critérios, obviamente, de novos prédios, convivendo com os prédios antigos, mas com um diferencial arquitetônico que traga animação e vida, que revitalize o bairro. Em contraste com aquilo, com esse prédio, podemos ficar nessa imagem, quero mostrar o que todos nós estamos vendo, que é o *skyline* de Porto Alegre que está aqui embaixo. (Mostra fotografia.) Se nós olharmos o Centro de Porto Alegre, o *boom* da construção no Centro foi no final da década de 1960, início da década de 1970. É a maior parte dos prédios que estão aqui, e desde então, não se conseguiu mais construir, reformar, revitalizar o nosso Centro Histórico. De modo que, há 40 anos, chegando no Centro, olhando do Guaíba, olhando da Ponte do Guaíba, olhando sob qualquer perspectiva, o Centro de Porto Alegre é este. A Cidade cresceu para o Norte, a Cidade cresceu para o Sul, mas o Centro é este. Vamos falar em impacto no Centro. Porto Alegre se caracteriza por ser uma península, a Cidade está toda construída a partir da ponta do Gasômetro, começa no Gasômetro e se espraia depois para o resto da Cidade. Portanto, a região mais impactada da história da nossa Cidade é o Centro Histórico. Então, não há de se falar em impacto no Centro. Nós podemos falar em impacto de sombreamento, impacto de vizinhança; para isso tem que ser feito um estudo. Mas eu me preocupo muito, Ver.^a Mônica, quando temos o nosso prédio e aí simplesmente não queremos mais que nada aconteça porque eu tenho o meu prédio. Precisamos pensar no todo também, como disse o Ver. Marcelo Sgarbossa. Eu gostaria de ver esse *skyline* a partir da revitalização do Porto, como Londres, como as grandes cidades do mundo, com novos prédios. Por que eu não posso ter um palito aqui no Centro de 250 metros de vidro, bonito? Por que eu não posso ter novos prédios

bonitos no Centro de Porto Alegre? Por quê? Aí vão começar a querer dividir a nossa Câmara naqueles que são contra tudo e naqueles que são a favor de tudo. Não é assim! Quero dizer que fui, por seis anos, Presidente da Associação de Amigos do Museu Julio de Castilhos, responsável pelo restauro, a Ver.^a Mônica era Secretária da Cultura, e no outro dia sai na coluna da Rosane de Oliveira que foi o responsável do Governo do PT que fez o restauro. Não foi! Se alguém tem preocupação com o Museu Julio de Castilhos, eu tenho também, mas não acho que a finalização daquele prédio que está à direita nem a construção de um prédio à esquerda impacta no Museu. E estou falando com conhecimento de causa! Eu vinha para Porto Alegre nos anos 70, quando ainda morava em Bagé e ficava sempre no Hotel Everest. Eu acho que a nossa Av. Borges de Medeiros, toda ela, precisa ter um choque estético, preservando o que é histórico, sim, mas criando formas e meios de incentivo para fazermos aquilo que os arquitetos chamam de *retrofit* do Centro de Porto Alegre. Precisamos revitalizar, sim, o nosso Viaduto Otávio Rocha, pintar, e eu até vou propor uma emenda no Orçamento deste ano para que pelo menos no início de 2014 a Prefeitura pinte o Viaduto Otávio Rocha. Tentamos dar uma outra destinação, aquilo ali tem que ter animação, encontramos uma resistência feroz dos permissionários ali, que não quiseram... A Ver.^a Sofia queria fazer o tombamento dos permissionários, não existe essa figura.

Quero dizer que fui, aqui, o Líder do Governo na revisão do Plano Diretor. O Prefeito Fogaça, na época, me chamou – e está aqui a nossa Rosane Zottis, que é a mais entendida do que todos os que estão aqui a respeito disso – e disse: “Vocês têm que revisar o Plano Diretor”. Nós revisamos! Nós criamos limites de altura dentro dos bairros; nós projetamos que os grandes prédios podem ser feitos só nas áreas limites das grandes avenidas da Cidade; nós consagramos, Ver. Ferronato, os 20% de área livre vegetável nos prédios em que o Sinduscon não queria, e conseguimos incluir tudo isto no Plano Diretor: preservar o miolo dos bairros, garantir que torres fossem construídas só no limite das avenidas, 20% de área livre é vegetável. Agora, tem discursos que são irracionais. Nós precisamos repousar nossos olhos no futuro da Cidade, nós precisamos trabalhar a revitalização, *retrofit*, modernização do nosso Centro Histórico. O único lugar de Porto Alegre que tem cem por cento de cabeamento lógico é o Centro Histórico, para onde podemos atrair sedes de grandes empresas, bancos, multinacionais, seja lá o que for! É para o Centro da Cidade, para trazer emprego qualificado para Porto Alegre, para

revitalizar definitivamente o nosso Centro. Então, acho que aqui é um passo. O próximo passo que eu gostaria de dar, era que nós acabássemos... na verdade já não há mais limite de altura no Centro Histórico, o único limite que existe é o do espaçamento. Então, se alguém quiser construir um edifício de 300 metros no Centro, em tese, até pode, desde que ele compre todo o quarteirão. Eu acho que precisamos parar e pensar nisso, Dr. Gil Almeida, por que nós não podemos fazer isso nessa área que está impactada desde 1800 e tanto ou 1800 e pouco? Por que não podemos pensar em uma grande estratégia de verdadeira revitalização do nosso Centro Histórico? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Dr. Thiago; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores que estão nas galerias, eu venho aqui, Ver. Cleiton, realmente porque V. Exa. nos deu a oportunidade de conhecer justamente esse terreno lá na Rua Duque de Caxias. Vários Vereadores estiveram lá, como o Marcelo falou, e fomos muito bem recebidos pelo empreendedor. Mais ainda, claro que eu sou defensor do emprego. Eu vou estar sempre defendendo onde há possibilidade de emprego porque eu sei que ser um pequeno empresário, médio empresário, por maior que ele seja, tem as suas dificuldades. Aquele terreno, do jeito que está, realmente só serve para as pessoas assaltarem, se esconderem e se drogarem. Eu acho interessante este projeto ter vindo para cá e nós realmente pensarmos no bom da Cidade, no conteúdo da Cidade, naquilo que a Cidade pode proporcionar. Eu disse e volto a dizer: não é um hotel que vai mudar o Centro, que vai impactar o Centro, em hipótese alguma, porque o hotel vai ter estacionamento, e a maioria das pessoas vem de ônibus até o hotel. Lá se loca um carro, ou chega de outra cidade, vem para cá, loca um carro e estaciona no hotel, Ver. Airto Ferronato.

Então eu quero voltar a dizer que, quando o empreendedor tem a pretensão de dar oportunidade, um emprego para contribuir com a Cidade, para contribuir com o imposto, eu sou favorável ao projeto, sou favorável porque realmente eu acho um desperdício um terreno daqueles abandonado e tendo gente querendo construir e dar oportunidade de

crescer a Cidade. Por exemplo, o que fizeram com o Pontal do Estaleiro até hoje? Nada! Tenho o maior respeito pelos senhores que defendem, mas só que eu vou defender o pequeno, o médio empresário, desde que seja do Rio Grande. Ver. Cecchim, o senhor sabe, o senhor foi Secretário da Secretaria de Indústria e Comércio e sabe o quanto é difícil fazer qualquer empreendimento nesta Cidade. E agora, naquele terreno que tanto nos incomoda – há tantas reclamações contra o terreno –, tem um empreendedor que realmente está interessado em construir e fazer essa dinâmica no Centro. Eu quero dizer que não voto duas vezes porque não dá, mas votarei.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Srs. Vereadores, e Sras. Vereadoras; eu cheguei no finalzinho da sua apresentação, Ver. Valter, e vi com alegria a defesa de se permitir construir algo de novo no Centro Histórico, e a referência que estava no painel me parece muito emblemática. Eu sempre dou o exemplo, não é esse que V. Exa. apresentou, mas de uma cidade espanhola chamada Córdoba, onde existem as colunas romanas ao lado de prédios otomanos e encostadinho está o prédio da Ayuntamiento Municipal ou Prefeitura Municipal todo envidraçado. Isso quer dizer que dá para conviverem essas coisas antigas – não antigas, como o nosso Epahc confunde velho com histórico –, realmente históricas, com coisas que possam ser modernas, com as coisas que são práticas para uma cidade.

Eu acho que está na hora de todos nós enfrentarmos esse problema. Chega de deixar prédios inacabados no Centro! Acho que tem que incentivar, aplaudir quem quer terminar os prédios. Claro que tem que obedecer – e não precisa discutir isso – ao Plano Diretor que está agora, esta é a lei do Município, mas tem que fazer uma coisa para resolver o que está acontecendo no Centro de Porto Alegre, porque nós temos muitos prédios caindo e outros por terminar. Claro que há interesses que pesam nisso, principalmente o interesse de vizinhança, ninguém quer ter a sombra do outro edifício! Ninguém quer ter a sombra de um edifício no seu edifício ou na sua casa, mas esta é uma Cidade, nós temos que discutir e parar com esse negócio de não querer deixar as coisas andarem.

Eu sou plenamente favorável a que se faça, que se incentive o término desses edifícios que estão iniciados, muitos, há muitos anos. Há 40 anos, eu vim para Porto Alegre e alguns desses prédios, há quarenta anos, estão do jeito que estão, Prefeito Villela – V. Exa. que passou como Prefeito, um bom Prefeito, um grande Prefeito, que fez parques, que se preocupou com a qualidade de vida. Nós temos que nos preocupar também com a qualidade de vida do Centro, e isso também passa por terminarmos esses prédios que estão inacabados.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; senhoras e senhores que nos acompanham no dia de hoje, felizmente, chegamos ao dia da votação deste projeto que, no ano passado, acabamos protocolando emendas ao projeto do executivo e, logo depois, um substitutivo, porque nós tínhamos e temos um entendimento muito claro: obras inacabadas existem em toda a Porto Alegre. Por isso, eu espero que seja votado o Substitutivo e não o projeto, Ver. Aírto Ferronato, ainda que eu tenha ouvido um depoimento seu na mídia dizendo o contrário. Eu lhe faço um apelo, porque Porto Alegre não é só o bairro Centro, não é só o Centro Histórico; Porto Alegre é toda a Cidade, e em toda a Cidade nós temos obras inacabadas.

(Mostra fotos.) Estas duas obras aqui, que eu não me canso de mostrar, dois prédios que oferecem riscos à população, no Centro de Porto Alegre, Rua Riachuelo com a Marechal Floriano, lá embaixo, conhecido como o esqueleto da Praça XV, com 60 anos, inacabado. E eu tenho uma barbaridade de fotos, mas só selecionei umas três ou quatro. Isto aqui é na Rua Santana, mais para o lado do Pronto Socorro, Ver. Guilherme Socias Villela, está só a fachada.

Este aqui é no bairro Jardim Leopoldina. Olhem, senhores, é um quarteirão no meio do Jardim Leopoldina, servindo tão somente para moradia de todos os tipos de pragas, insetos que podem trazer doenças à população e outras pessoas mal-intencionadas, ou pessoas morando ali sem as mínimas condições, de forma desumana.

Este, aqui, por exemplo, é da Rua Garibaldi esquina com a Cristóvão Colombo, no Centro de Porto Alegre também. Então, nós temos obras inacabadas em toda Porto Alegre. Por isso a importância de enfrentarmos o projeto, Ver. Tarciso, que atenda a toda Cidade.

Sobre o substitutivo que nós vamos iniciar votando, há que se explicar para aqueles que poderão ter alguma dificuldade que, como há o substitutivo, primeiro nós votaremos as emendas ao substitutivo, depois, o substitutivo. Aprovado o substitutivo, termina a votação; derrotado o substitutivo, nós entraremos no projeto. Nós votaremos primeiro as emendas ao projeto e depois o projeto.

Precisamos ter isso muito claro, pois tem todo um ritual. Votaremos primeiro as emendas ao substitutivo, o substitutivo; aprovado o substitutivo, encerra; derrotado o substitutivo, nós enfrentaremos as emendas ao projeto e, depois, o projeto.

Eu quero fazer um apelo ao Ver. Nedel e pedir a compreensão de várias pessoas que, ao longo do tempo, insistiram para que nós pudéssemos fazer algumas reuniões, e conversarmos e sobre o tema. Eu, por questões muito particulares, muito próprias, impus algumas dificuldades para isso, porque eu acho que este é o momento do debate, aqui no plenário, onde nós podemos falar abertamente com todos. Eu quero aproveitar, Ver. João Carlos Nedel, autor de várias emendas, bem de última hora, para que pudesse vir a esta tribuna explicar – como V. Exa. tem conhecimento das emendas – o impacto das emendas e o tamanho das modificações das emendas ao substitutivo, para que possamos ficar mais tranquilos, porque não dá tempo, as emendas vão chegando e a gente não consegue fazer uma leitura mais segura do que estamos votando, em razão de que as emendas estão chegando neste momento.

E quero fazer um registro da presença do Carlos Rampanelli, que é meu amigo de muitos e muitos anos e que traz uma observação ao meu substitutivo, e ele tem razão. Eu estou estabelecendo dois anos para a conclusão das obras, mas ele tem razão, porque, dependendo do tamanho da obra, dois anos é muito pouco. Então, eu pediria ao Ver. João Carlos Nedel que, se essa emenda ainda não foi proposta, nós pudéssemos propô-la, porque, se a obra é grande, não há condições de concluí-la em dois anos. Nós temos essa clareza em razão da dificuldade que a construção civil está passando hoje, com pouca mão de obra. Então temos que ter isso muito claro e proporcionar os objetivos a que se destina o projeto.

Também quero, independente do que nós já debatemos aqui, das críticas que fizemos ao projeto, no afogadilho, no final do ano passado... Que bom que o Executivo tenha mandado este projeto e que bom que nós estamos, neste momento, enfrentando uma questão crucial da Cidade – pior seria se não estivéssemos enfrentando esse assunto. Então, parabéns ao Executivo por nos proporcionar este momento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLE nº 038/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: A cada emenda que é apresentada e lida, nós ficamos mais assustados. Na verdade, este projeto fere todo o princípio de adequação que o Plano Diretor de Porto Alegre teve que fazer na revisão, em 2009, em função do Estatuto da Cidade e da Constituição Federal. E as emendas e o substitutivo acabam sendo a porteira aberta para que qualquer projeto passe ao largo do que determina o Plano Diretor da nossa Cidade, um claro beneficiamento da especulação imobiliária. E eu anotei várias coisas que foram sendo faladas durante as intervenções dos Vereadores não só os favoráveis aos projetos como defensores para que ele entrasse na Ordem do Dia e fosse votado, apesar de ter um clamor da Associação dos Moradores do Centro, dos Vereadores e Vereadoras, setores da sociedade para que houvesse o debate.

Eu fui anotando cada um dos argumentos trazidos pelos Vereadores. O Ver. Valter trouxe uma foto de Londres, mas não trouxe a parte do centro de Londres que é preservada com baixíssimos índices construtivos para preservar o patrimônio histórico e ambiental! Não falou da preservação, porque a função de um Plano Diretor é ter a parte que é preservada, ter alturas que permitam que essas construções continuem garantindo as

características originárias daquela região, garantindo o impacto de vizinhança e, por outro lado, reservando outras áreas da Cidade para alturas maiores.

O que nós temos aqui é projeto absolutamente endereçado! No caso do projeto do Executivo ele tratava de construções no Centro e, sobretudo uma para usar os parâmetros anteriores ao Plano Diretor de 1999 – essa que é a verdade –, para voltar a vigor, na prática, o Plano Diretor de 1973: o Plano Diretor que ainda não previa a função social da propriedade, que é uma conquista da Constituição Federal; quando não tinha o Estatuto da Cidade; quando não tinha sequer a redução das alturas, que ainda, infelizmente, a partir dos projetos especiais 1, 2 e 3, são sistematicamente rasgados pela Prefeitura, que atende aos interesses da especulação imobiliária. E, nesse caso, nós temos um caso claro da tentativa de usar esses índices de aproveitamento anteriores. No caso do Centro, ali no terreno de nº 1.243, onde tem um estacionamento, nós temos informação de que eles querem construir três torres enormes, muito mais do que a altura prevista. E a mobilidade urbana na Rua Fernando Machado, que já tranca? E a mobilidade urbana na Rua Duque de Caxias, numa região que não tem como mitigar, ou é tentativa de destruir patrimônio?

Depois, o projeto do lado do museu. O Ver. Marcelo mencionou que nós falaríamos sobre ele, e vamos falar. Nós estivemos lá e buscamos essa mediação, para que houvesse a preservação, porque é evidente, é óbvio, é ululante que prédios com grandes alturas do lado de um museu que tem o primeiro acervo da história de Porto Alegre – é o primeiro museu da história da nossa Cidade, que já é úmido, que já sofre com a falta de investimento para valorizar esse acervo riquíssimo –, é óbvio que um espigão ao lado vai aumentar o sombreamento, vai prejudicar o acervo da nossa Cidade. E nós tentamos construir essa mediação, mas, infelizmente, esta Câmara e a maior parte dos Vereadores quis, mais uma vez, defender o lucro de poucos em detrimento da história de muitos.

Eu espero que haja o adiamento dessa votação e a Cidade possa discutir sobre o seu Plano Diretor. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, este tema é bastante grave e, mais uma vez...

(Manifestações no plenário.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Às vezes, nesta Casa, ocorrem algumas situações que não dá para aceitar.

Eu queria, então, me posicionar sobre este tema, para o qual fizemos várias tentativas. É um projeto que recompõe o estado da arte ao tempo anterior ao atual Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre. O argumento é a revitalização da cidade de Porto Alegre. Eu tenho, Ver. Aírto Ferronato, a fé – porque participei de uma das revisões do Plano Diretor – de que o Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre vem incorporando alterações importantes neste País em termos de construções legais, construções de direito, incorporando, nas suas mudanças, as novas normas exaradas pelo Estatuto da Cidade e que incorporaram direitos da vida na Cidade, Ver.^a Fernanda, que são novos, e são importantes, e são resultado da demanda popular. Alguns direitos bastante recentes e importantes são os que dizem respeito à preservação patrimonial, à preservação cultural. Antes deles, cidades inteiras, patrimônios inteiros foram abaixo por construtores, por gestores que não tinha noção... Ver. Valter, eu visitei as reduções guaraníticas, ou o que sobrou delas, e é assustador, porque os gestores trocavam as pedras, eles vendiam as pedras das reduções guaraníticas, por ignorância no sentido de não construção coletiva, neste Brasil, da importância do restauro da nossa identidade, da nossa memória, da nossa história, traduzida através também das construções.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu agradeço e espero seu repúdio em relação a professores que foram presos no ato de destruição da fachada do Museu Júlio de Castilhos, porque eu não posso imaginar – a senhora é professora, eu considero uma profissão sagrada – que um professor possa cometer um atentado desses contra a cultura, contra a história. Muito obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vamos deixar que a polícia decida sobre isso, porque eu não assisti, não vi; se houve prisão, há que se elucidar, porque não se prendem pessoas de

graça. Eu não passo a mão por cima nem numa coisa, nem noutra e não acho que este tema seja o central aqui; agora, central é a agressão que vai se produzir, sim, ao Museu Júlio de Castilhos, exatamente no lugar onde morava Borges de Medeiros. Nós vimos as projeções do construtor, onde ele levanta um bloco fechado e tapa totalmente o edifício ao lado, o direito ao sol e a paisagem do edifício ao lado e levanta um paredão ao lado do Júlio de Castilhos; uma casinha baixa, modesta, com uma característica colonial, acredito. O aparte do Ver. Valter me desviou do tema, mas quero dizer que um simples restauro do antigo Plano Diretor desconhece todo o avanço da legislação, toda a garantia de direitos, incorporadas pela legislação nacional e pelo nosso Plano Diretor, e não permite a esta Casa avaliar o tamanho do impacto de cada um dos projetos que poderão se beneficiar por essa lei. Só o exemplo do prédio da Duque já nos mostrou o tamanho do estrago que pode acontecer nesta Cidade, da violência em relação à cidadania, do desrespeito em relação ao patrimônio cultural e do desrespeito ao direito à paisagem, à ambiência, ao bem-estar da cidade.

Para encerrar, eu gostaria de trazer o comparativo, Ver. Kopittke, que é importante os Vereadores saberem a diferença. Nesse caso específico da Duque, mantendo o atual Plano Diretor, ele pode construir em torno de três mil metros quadrados. Se nós aprovamos a lei, ele poderá construir dez mil metros quadrados. Por que nós mudamos o Plano Diretor e reduzimos isso? De seis andares hoje, ele poderá construir 13 andares. De 75% do uso da base, portanto, do terreno, ele poderá construir 90% a partir do segundo ou terceiro andar. Então temos um impacto muito forte. E não temos amarrado nenhum condicionamento. Na discussão que fizemos com o próprio construtor, nós evoluímos, e isso é importante, que ele poderia readequar, poderia recuar o projeto. Mas o que acontece com a Prefeitura, que não se comprometeu com essa readequação? Se ela vai agir a partir dos índices do Plano Diretor anterior, começa a ter um conflito entre os mecanismos de adequação do Plano anterior com o atual Plano, e dá um direito que talvez seja incontornável, o direito de metros quadrados incontornável com as regras do atual Plano Diretor. Não dá para subir muito os andares.

Então estamos criando um problema sério para a Prefeitura. Acho que poderíamos amadurecer mais. Gostaria que a SMURB tivesse se posicionado sobre essas consequências, e nós não tivemos tempo para isso. O Ver. Aírto Ferronato construiu essa

possibilidade. Desse jeito, como ele está, não é possível, na minha opinião, aprová-lo, espero que nós possamos evoluir no cuidado com um projeto dessa grandiosidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Caros colegas, eu me dispus aqui a fazer uma discussão porque se trata de um tema obviamente muito importante, uma vez que nós estamos mexendo na lei fundamental aqui do nosso Município, no caso da ordenação do solo, que é o nosso Plano Diretor. Obviamente, como Vereador novo aqui na Casa, são momentos muito importantes e relevantes de aprendizado, de compreensão e de discussão. Eu fui tomando a liberdade, ao longo dessas semanas em que o projeto vem tramitando aqui na Casa, de acompanhar, com muita atenção, tanto a mobilização do empreendedor, quanto a mobilização dos moradores ali da Duque e acompanhar toda a discussão. Quero apresentar aqui os conceitos com os quais eu creio que concordo e com os que eu creio que isso seria um equívoco. Na minha opinião, não necessariamente por favorecer um empreendedor, que é um projeto que favorece a especulação imobiliária. Se nós tivermos um projeto que consegue estimular a construção e o empreendimento, efetivar empreendimentos hoje parados, ele é um projeto contra a especulação. A especulação imobiliária dos terrenos é feita quando as obras não são feitas. O estímulo que nós temos que fazer é para a construção de empreendimentos na Cidade. Isso é o que vai contra a especulação imobiliária. Então, eu acho que esse conceito é importante para que a gente não se coloque necessariamente contra qualquer tipo de empreendedor aqui na nossa Cidade; não na minha opinião, essa não é a minha opinião. Eu acho, pelo que eu pude acompanhar, é fundamental que nós tenhamos um tempo predeterminado para a vigência desse projeto e a multa aos empreendedores para os prédios que não forem feitos. Acho que isso, Ver. Bernardino, é fundamental.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero agradecer o aparte. Realmente, o projeto inicial é um projeto que não traz penalidades. É impossível nós concebermos e permitirmos dar um incentivo – e eu

concordo com incentivo, todos nós concordamos; agora, tem que ter penalidade. Não cumpriu, o Governo tem o instrumento da arrecadação, que é um instrumento legal. Quer dizer, precisamos colocar penalidades, senão, é um projeto...

O SR. ALBERTO KOPITKE: E eu acho que essa questão da multa é fundamental, na perspectiva das fotos que aqui foram mostradas, do centro de Londres. É óbvio que nós, infelizmente, não chegaremos lá, mas aqueles que querem que, efetivamente, os empreendimentos sejam feitos no Centro têm que votar a favor da multa, Ver. Bernardino Vendruscolo, porque, sem multa, pode parecer que o projeto está direcionado apenas para o empreendimento ali da Rua Duque de Caxias, e seria um equívoco ter uma lei direcionada. Então, a multa efetivamente é um instrumento para que os projetos sejam executados.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só quero contribuir com a reflexão, Ver. Alberto Kopittke. Vamos imaginar o seguinte: nós sabemos que nós vivemos em uma cidade e em um país que tem muito contencioso. A maior penalidade para a Cidade hoje é ter os esqueletões. O Ver. Bernardino Vendruscolo tem boas intenções em estabelecer dois anos, mas, às vezes, tem que encontrar um *pool* de investidores. Isso demora um ano para ser feito; às vezes, até mais. Pelo contencioso, pode ser que moradores, por exemplo, entrem na Justiça, e nós vamos ter mais um ano ou dois de discussão judicial. Então, tem que ter muito cuidado com o estabelecimento da multa, porque tem fatores nessa equação que são imponderáveis. Às vezes, na boa-fé de querer fazer algo que seja bom, nós vamos estar criando um empecilho que vai tornar a lei infactível. Então, essa é uma preocupação que nós temos que ter também. Eu acho que tem que ser, no mínimo, três ou quatro anos, porque três ou quatro é muito, mas nós estamos há 40 anos convivendo com esqueletões na Cidade. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Acho que a discussão é importante. Acho que três anos, por exemplo, pode ser, mas com a multa, para fazer realmente os proprietários dos prédios se moverem em direção às obras.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.)
Só para atualizar: já há emenda de outro colega estabelecendo um outro prazo, e eu não me oponho a isso; apenas mantenho essa proposta de que tenha a penalidade.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Exatamente, eu estou apresentando aqui os conceitos para que a lei realmente não seja direcionada e propicie essa impulsão, porque também, se nós não colocarmos prazo, fica muito fácil uma flexibilização do Plano Diretor, sem nenhum prazo, sem multa. Aí, sim, também nós vamos continuar convivendo com os esqueletões, vamos ter falhado aqui, nos nossos objetivos. Por fim, acho que é fundamental...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...restringir ao Centro, na minha opinião. Por que isso? Porque, senão, aí, sim, nós estaremos retornando para o Plano Diretor antigo, para áreas da Cidade que não têm a densidade construtiva do Centro, e nós vamos estar podendo provocar realmente distorções graves, ambientais, estéticas, fora do Centro de Porto Alegre. Então acho que isso é fundamental, a Lei tem que ter um objetivo claro, lembrando que a construção é possível de ser feita ali ao lado do Museu. Então, nós não estamos falando aqui da possibilidade de construir ou não, a construção está autorizada; portanto, acho importante, sim, mecanismos de estímulo à construção daquele prédio e de outros, que possam, sim, fazer o Centro crescer e aí diminuir a especulação imobiliária e diminuir o valor dos imóveis na Cidade. Porque me parece que assim que... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01, nº 04 e nº 07 ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12; e a Emenda nº 07 ao PLE nº 038/12.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos com um projeto extremamente importante para a nossa Cidade: concluir os prédios inacabados no Centro Histórico, dos projetos aprovados anteriores ao Plano

Diretor. Nós temos quatro ou cinco projetos iniciados e não acabados, que estão enfeando a nossa Porto Alegre, que é uma Cidade bonita, mas que tem três ou quatro prédios que não estão de acordo com a sua beleza. Então, o Prefeito mandou o projeto para cá, e o Ver. Bernardino apresentou um Substitutivo, e várias emendas foram incluídas. Então, por exemplo, a Emenda nº 01, do Ver. Comassetto, coloca claramente que os prédios inacabados serão somente do Centro Histórico; o Ver. Pujol colocou a Subemenda, estendendo para daqui a um ano, a toda a Cidade, Subemenda nº 01 à Emenda nº 01.

O Ver. Reginaldo Pujol coloca a Emenda nº 02, dando as regras para aquelas pessoas interessadas em usufruir somente o direito ao índice construtivo, dá um prazo para essas pessoas se dirigirem à Secretaria do Urbanismo e requererem esse direito, apresentando a adequação do projeto em relação ao Código de Acessibilidade, ao Código de Incêndio e ao Código de Edificações. Esta é a Emenda nº 02 do Ver. Pujol. A Emenda nº 03 foi retirada. Também tem uma Subemenda nº 01 à Emenda do Ver. Pujol, que dá mais uns detalhes, mais algumas regras. A Emenda nº 03 é de minha autoria e também coloca as regras adequadas às modificações que deverão atender a esses códigos.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nedel, eu estava olhando aqui a Emenda nº 03, que havíamos apresentado lá no início, assinada por mim, por V. Exa e pelo Ver. Paulo Brum, que diz assim, no art. 6º: a conclusão das obras deverá observar o prazo de três anos, a contar do licenciamento fornecido pelo Município de Porto Alegre ao projeto aprovado com base nesta lei, sob pena de caducidade do projeto em regime urbanístico definido nesta lei. Acho que está bem claro. Só quero anunciar que nós vamos reapresentar esta mesma emenda. Parece-me que ela tende à maioria...

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Vereador, a sua emenda já está exatamente contemplada numa outra emenda, que era mais ampla e dava mais regras detalhadas. Então, eu faço um apelo a V. Exa., porque V. Exa. já está representado aqui, exatamente no parágrafo único do art. 3º: a obra deverá ser concluída no prazo de três anos. E para ele requerer, nós lhe damos um ano só. Nós diminuimos essa possibilidade, para que eles apresentem de uma vez. E, se não apresentarem, eles serão punidos.

O Sr. Idenir Cecchim: Não terão o benefício da lei?

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Nós diminuímos até o prazo para requerer, e as obras deverão ser concluídas, no máximo, em três anos.

O Sr. Idenir Cecchim: Sinto-me contemplado, Vereador.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Muito obrigado.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Carlos Nedel, realmente o projeto é bom e temos que louvar o Executivo por ter mandado esse projeto para cá, e também louvar o Ver. Bernardino Vendruscolo. Mas o que não me conforma são as muitas emendas. O senhor sabe que eu não gosto muito de emendas. Elas sempre dificultam o entendimento, fica essa burocracia de puxadinho para cá, gambiarra para lá. Eu não gosto muito de emenda, mas eu vou votar favoravelmente. É um direito do Vereador fazer emenda, e eu vou votar favoravelmente

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Muito obrigado, Ver. Alceu Brasinha. Temos mais uma emenda do Ver. Cassio Trogildo, muito importante. E eu sou pela aprovação do Substitutivo do Ver. Bernardino, rejeitando as emendas do Ver. Marcelo Sgarbossa e da Ver.^a Sofia Cavedon.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, prezados ouvintes da TVCâmara, a nossa Bancada está discutindo este projeto, formando e formatando a sua opinião. Quero trazer para o debate que esse projeto não pode ser analisado como um projeto solto, como um projeto que não tenha vínculo e que não construa a cidade. O projeto propõe modificar algumas regras e propõe

flexibilizar alguns procedimentos. Qual é a regra principalmente que ele quebra? É voltar para as regras do Plano Diretor anterior. Por que ele propõe isso? Para aqueles prédios que já iniciaram porque o Plano Diretor anterior tratava uma relação mais ampla no que diz respeito ao afastamento, à taxa de ocupação, aos índices. Se tu já iniciaste um projeto, uma lei, a lei mudou e o prédio está parado, para fazer com o novo Plano Diretor tu tens que demolir aquilo que já tem. Esta é uma questão que foi uma falha nossa, no meu ponto de vista, nossa, quando aprovamos e quando revisamos o Plano Diretor que deveria ter tido um artigo de transição. Mas aqui eu defendo um outro conceito porque todos sabem aqui que eu participo do Conselho Nacional das Cidades, que tem por objetivo construir cidades. Com muito orgulho represento os Vereadores do Brasil no Conselho Nacional das Cidades. E aí tem o seguinte: nós temos dois tipos de cidades que podemos construir: a cidade concentrada ou a cidade que se esparrama. Eu defendo o conceito de que as cidades e os centros das cidades têm de ser todos ocupados e têm que concentrar o maior número de pessoas ali na região central.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Engº Comassetto, primeiro agradeço-lhe o aparte. Quero fazer um apelo: já vi que V. Exa. não dá acordo ao meu substitutivo e tem vontade de votar só o Centro. Vou fazer um apelo: primeiro, nós levamos 50 anos para fazer o enfrentamento que estamos fazendo hoje. Então, que possamos construir, para enfrentar este projeto, deixar algo para toda a Cidade, até que se possa fazer gradativo, mas não abrir mão dessa possibilidade, senão nós nunca mais vamos ter um segundo momento para isto.

O SR. ENGº COMASSETTO: Ver. Bernardino, V. Exa. está equivocado na sua primeira premissa. Eu não sou contrário ao seu projeto, eu não tenho um substitutivo, fiz uma emenda ao seu projeto. Qual a emenda? Justamente nesse conceito: que nós temos que concentrar no centro da Cidade, no Centro Histórico, nós temos que acabar todos os prédios que estão localizados no Centro Histórico da Cidade. Por que nós queremos fazer com que acabem os prédios ali? Nós queremos que as pessoas morem mais perto do serviço, que não precisem ter transporte, que ali se gere mais economia nessas regiões, que aproveite a infraestrutura existente: água, luz, escola, médicos e tudo o mais que já existe ali. Por que tenho que expandir a Cidade para além da Restinga, Lami, se podemos

construir ali no Centro? Então, eu defendo aqui um conceito. Aí, formatamos, sim, uma emenda que essa lei deve valer para o Centro Histórico da cidade de Porto Alegre. Aqui há um debate com a comunidade, e entendo que cada projeto tem que ser analisado dentro desse conceito e, quando for ser aprovado projeto por projeto, tem que ser feito o debate e essa análise de projeto por projeto, porque inclusive o Plano permite que isso seja possível.

Venho aqui dizer que não tenho contrariedade ao substitutivo, agora, não dá para estender isso de uma maneira indiscriminada para toda a Cidade. Se nós queremos resolver o problema do Centro Histórico, vamos resolver o problema do Centro Histórico. Para rever o Plano Diretor, vamos fazer outro acordo, vamos chamar o Plano Diretor e verificar o que existe na Cidade que podemos adequar à luz do atual Plano Diretor. Se o atual Plano Diretor substituiu o anterior, nós não podemos revivê-lo para toda a Cidade. Nesse caso específico, para os prédios já iniciados no Centro Histórico, para que possa ser ocupado e desenvolvido, tem o meu entendimento positivo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero convidar o conjunto dos Vereadores para um Seminário que teremos na Casa, nos dias 8 e 22, promovido em conjunto com a Fundação do Ministério Público, inclusive um dos promotores é o Dr. Faccioli, que é uma referência no que se refere à questão da probidade administrativa, e o Seminário, que a Ver.^a Sofia me socorre, das Boas Práticas Pedagógicas, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, patrocinado pela CECE.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Presidente, inclusive V. Exa. está convidadíssimo a abrir o Seminário da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, amanhã, à noite. Contamos, amanhã, com Victor Faro, filósofo paulista, que vai discutir a Educação como Exercício no Poder.

Quero aqui agradecer ao Mauro Pinheiro, porque esse tema merece mais debate, trazendo reflexão sobre o tema da vizinhança. Eu não pude falar com mais detalhe na

primeira fala sobre um dispositivo novo criado pelo Estatuto da Cidade, que se chama Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, instituto novo que foi consagrado na última revisão do nosso Plano Diretor pelo debate intenso que fazíamos nesta Casa, um projeto de minha autoria que tramitava nesta Casa, prevendo situações onde se aplicaria o instituto do Estudo Prévio do Impacto de Vizinhança. Então, está escrito no Plano Diretor, a Prefeitura de Porto Alegre encaminhou para esta Casa o seu projeto e teve prioridade na votação no ano de 2012. Até hoje a Prefeitura de Porto Alegre não o regulamentou, mas não justifica que continue esta Cidade com a barbárie que está instalada aí, com as comunidades tendo que se mobilizar, porque os projetos são aprovados, infelizmente, nos escritórios, na Cauge, e não considera o impacto na vizinhança. Eu acho extremamente grave!

O Ver. Valter trazia aqui cidades do exterior, e quero falar do Philip, um companheiro da Cidade Baixa, que é inglês e que liderou o movimento de resistência ao espigão da Lima e Silva, que é na frente do Olaria. O Philip, que mora aqui há uma década, dizia que isso era impensável na Inglaterra, que tu tens uma casa, tens um apartamento, tens uma moradia em que o sol bate em determinado horário, que tem determinada ambiência ao redor, e de repente isso nada mais vale, de repente isso está revogado pela municipalidade. E a fala do Philip era de espanto, dizendo que as cidades modernas não fazem isso com o seu cidadão. E nós incorporamos esse direito no Estatuto das Cidades, no Plano Diretor da cidade de Porto Alegre, Ver. Pujol. O Ver. Comassetto, inclusive, teve a sua emenda consagrada no Estudo Prévio do Impacto de Vizinhança. O meu projeto não foi votado, mas foi votado o do Governo, e o Governo engavetou esse instrumento, que é a luta da cidadania de Porto Alegre. E o Governo, de novo, este mesmo Governo, manda projeto para cá causando impacto e não dá instrumentos para a cidadania para proteger os seus direitos e proteger os seus bens públicos, os bens culturais.

Outra emenda e outra mudança no Plano Diretor, senhores, é o conceito de ambiência em torno de prédios históricos tombados, prédios históricos listados. Ambiência é do atual Plano Diretor e estabelece uma área de proteção no entorno dos prédios de valor histórico referente à nossa identidade, referente à nossa história. Mais, nós votamos nesta Casa o nome: Centro Histórico. Porto Alegre tem, finalmente, um Centro Histórico. Então, é ilegal, é contrário a toda construção da cidadania, no Brasil, no nosso atual Plano Diretor, nas leis desta Casa que a gente aprove uma majoração de índices de densidade

que não trabalhe com esses resguardos, que desrespeita, que revoga toda essa construção. Isso não é esperado dos representantes do povo. Os cidadãos estavam aqui. Eles se mobilizaram. Eles certamente ficarão extremamente decepcionados conosco se nós dermos curso a isso.

Eu propus a Emenda nº 07, que é implementação de regime urbanístico, que esta lei assegura, para que fique condicionado à realização e aprovação de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança e às devidas adequações do projeto ao mesmo. Estão, essa emenda visa a resgatar o que eu dizia aqui. Tudo que nós construímos historicamente, se não respeitarmos, nós retrocederemos, Presidente, na história de luta da preservação histórica e da dignidade e qualidade de vida dos nossos cidadãos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa-tarde, Sr. Presidente; boa-tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; boa-tarde, público que nos acompanha aqui nas galerias da Câmara Municipal. Esse projeto tramita há mais de um ano na Casa, portanto muitos dos que estão na Casa não eram Vereadores, como é o meu caso.

Eu venho a esta tribuna porque, estudando o Plano Diretor, que foi muito falado aqui, inclusive se fala que esse Projeto de Lei do Executivo estaria alterando o Plano Diretor. Eu pedi para distribuir a todos os Vereadores uma cópia do Plano Diretor, o seu art. 159, parte IV – Das Disposições Finais e Transitórias. Então fala, lá no art. 159 do Plano Diretor vigente, que é a Lei nº 434/99, revisada em 2010, dando origem à Lei 646/2010, no art. 159 (Lê.): “Salvo disposição em contrário, serão examinados, de acordo com a legislação vigente à época de sua protocolização, os processos administrativos de projeto de edificação e licenciamento de construção, respeitando o prazo para o início das obras, bem como o projeto de parcelamento do solo e das suas edificações aprovadas com base no art. 158, desde que observem o prazo de validade do Estudo de Viabilidade Urbanística ou do Projeto Urbanístico.”

Ou seja, para projetos antigos que não vão sofrer modificação, o art. 159 do Plano Diretor, revisado inclusive, em 2010, mantém esta prerrogativa, que eles sejam executados de

acordo com o projeto original na hora da sua protocolização. E fala, no § 1º, que as modificações dos projetos – ou seja, o Plano Diretor, inclusive, permite alterações, modificações desses projetos –, cujas obras foram iniciadas, serão examinadas de acordo com a legislação em vigor na data de sua aprovação [também as modificações], devendo ser observada a legislação de proteção contra incêndio”. Logicamente que daí a legislação vigente.

No § 2º, inclusive clareia que (Lê.): “Obra iniciada é aquela cujas fundações estejam concluídas e a conclusão tenha sido comunicada ao Poder Executivo, desde que executadas de forma tecnicamente adequada à edificação licenciada.”

Então, parece que esse Projeto do Executivo, que foi muito debatido, teve audiência pública, visita a um dos terrenos que será objeto desta legislação, me parece que o Executivo manda, sim, um projeto para cá, tentando dar mais segurança para os prédios que se encontram nessa situação, porque a previsão, no Plano Diretor, já existe. Nós não estamos aqui alterando o Plano Diretor; nós estamos aqui, conforme está declinado no art. 159, mantendo aquilo que vigora desde 1999, que foi, inclusive, mantido na revisão do Plano Diretor.

Acontece, sim, avaliações do ponto de vista jurídico, no âmbito da Prefeitura, que fazem com que, muitas vezes, esses projetos possam não ir adiante.

Portanto, para dar mais segurança jurídica, clarear, regulamentar o Plano Diretor, no seu art. 159, o Executivo Municipal encaminhou esse projeto, que eu entendo que tem muito mérito, muito fundamento e, com certeza, nós conseguiremos, a partir dessa segurança, fazer com que esses esqueletos, essas construções inacabadas possam ter um fim e, realmente, aí, sim, ter uma finalidade social, porque do jeito que se encontram não têm nenhuma finalidade. Realmente, são praticamente um estorvo e, inclusive, enfeiam a paisagem do Centro Histórico da nossa Cidade.

Portanto, espero ter ajudado aqui, foi distribuída pela minha assessoria cópia do art. 159 do Plano Diretor, e eu repito aqui: não estamos alterando e, sim, regulamentando o Plano Diretor vigente desde 1999 e revisado em 2010. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, nós, em duas ocasiões, pelo menos, na reunião de Mesa e Lideranças, imbuímos o Ver. Aírto Ferronato, Líder do Governo, de

uma construção de um acordo sobre o tema do prédio da Rua Duque de Caxias, apesar de não ser só esse problema. Mas eu gostaria que o Vereador se manifestasse aqui publicamente do que foi possível evoluir em diálogo com a comunidade e com a SMURB.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Feito o registro, Vereadora, obrigado. Quero fazer uma saudação aqui ao Ver. Paulinho Rubem Berta.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, o pronunciamento do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro proferido há pouco torna quase que desnecessária uma manifestação nossa. Ele esclarece, sobremaneira, que as Disposições Finais e Transitórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental preveem essas circunstâncias, que já são admitidas em outros artigos, nas áreas de revitalização.

Por isso, Sr. Presidente, acho que grande parte do argumento aqui desenvolvido fica absolutamente esclarecido pelo pronunciamento do Ver. Cassio Trogildo, que é absolutamente categórico nesse particular. Não fez nada mais o Vereador do que se valer do está escrito na própria Lei que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

Onde está a restrição maior, Ver. Bernardino, cujo substitutivo deverá ser aprovado? Eu vejo contrariedade no item das emendas apresentadas, mais propriamente na Subemenda nº 1, que foi por mim assinada.

Dirijo-me, especialmente, a V. Exa., porque V. Exa. sabe muito bem quanta contrariedade o projeto tinha inicialmente por ser restrito à área Central de Porto Alegre.

Eu, pessoalmente, não gosto de falar na primeira pessoa do plural, mas com o robusto apoio desta Casa, na legislatura passada – apoio esse que contou, no Partido dos Trabalhadores, com belos exemplos, entre eles, o do Ver. Todeschini –, conseguimos mexer numa das leis vigentes e criamos a primeira grande experiência de utilização legal para terminarmos com os esqueletos em Porto Alegre. Exemplo disso é a obra localizada na esquina da Av. Protásio Alves, lá nos altos de Petrópolis, que, para

desespero dos condôminos, estava há mais de dez anos inconclusa, porque a Ediba, empresa que havia iniciado, abandonou a obra, deixando-a inconclusa.

Adaptamos a lei, e a obra está em processo de conclusão. Basta que se vá lá na Olavo Barreto Viana, esquina com a Av. Protásio Alves, para vermos esse exemplo, numa prova de que esqueletos não se restringem ao Centro de Porto Alegre. Em vários outros lugares, lá no bairro popular do Jardim Leopoldina, existem inúmeros esqueletos que precisam ser enfrentados, e outros tantos por Porto Alegre.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Reginaldo Pujol, o senhor realmente tem razão, e a sua emenda contempla toda a Cidade, o que é muito importante, porque eu acho que a gente não pode fazer lei para o bairro, para a rua ou para um único prédio, tem que ser para a Cidade toda. Eu concordo com V. Exa, o senhor tem razão. Realmente, vem a contemplar a Cidade toda. Lá nos bairros Jardim Leopoldina, Parque dos Maias, Sarandi, por toda a Cidade tem esqueleto, e aí isso dá a oportunidade ao cidadão, ao empreendedor...

E eu quero aproveitar que V. Exa. é do mesmo time, que nós torcemos juntos. Falei agora com o Presidente Dr. Thiago e quero lhe dizer que já estou adiantando que vou trazer aqui o nosso time do Grêmio, campeão brasileiro, como uma homenagem aos atletas, à direção, a todos os componentes do Grêmio.

O SR. REGINALDO PUJOL: Muito obrigado. Estarei junto com V. Exa. aplaudindo, mas, hoje, eu estou querendo sustentar este projeto de lei, a emenda por mim apresentada, estendendo para toda Porto Alegre esses benefícios e esses estímulos, que não são tão grandes assim, Ver. Bernardino Vendruscolo, mas que, em vários casos, meu caro Ver. Cleiton, poderão propiciar – e espero eu que consigam propiciar por inteiro – o término dessa quantidade imensa de prédios inacabados que temos na cidade de Porto Alegre. Tive o cuidado de colocar que a extensão do benefício para toda a Cidade só se dará a partir de outubro do ano que vem, ensejando que, nesse primeiro momento, os proprietários dos prédios inacabados no Centro de Porto Alegre possam encaminhar à Prefeitura o seu pedido de regularização e adaptá-lo ao espírito das leis vigentes. Por isso, Vereador, eu quero dizer que estou tranquilo. O Ver. Nedel me disse, há alguns dias, que, da parte do Governo, não tinha simpatia com essa proposição. Hoje, eu vejo que

consegui uma unanimidade: a oposição e o Governo estão simpáticos na proposição. Eu quero manter, para ficar com autoridade moral, e dizer o seguinte: não sossego com a realidade de Porto Alegre. O bom projeto do Governo para contemplar o Centro de Porto Alegre merece ser estendido para toda a Cidade, porque em vários pontos de Porto Alegre têm prédios inacabados – V. Exa. conhece bem, mora, como eu, no Centro da Cidade. Nós sabemos que aqui o problema é forte, é grande, mas não é único. Nós retiramos a fotografia que identificavam apenas cinco lugares aqui no centro de Porto Alegre, estendendo para tantos outros que venham se identificar, e eu não vejo por que, a não ser por uma antipatia que eu possa gerar, que o projeto não se estenda para toda a cidade de Porto Alegre. Eu não falo por mim, eu falo pela Cidade, tenho um bom exemplo, já frisei, tenho a visão total da cidade de Porto Alegre e sei da relevância que a aprovação dessa subemenda que apresentei ao seu substitutivo poderá ter em nossa Cidade. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLE nº 038/12 por duas Sessões, considerando que o Ver. Airto Ferronato, representação oficial do Governo, não se manifestou sobre esse tema. O Governo é o autor do projeto e não tem posição oficial nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, eu solicitei o adiamento para mais um esforço de construção de consenso. Eu estava inclusive conversando com os companheiros da nossa Bancada, que estavam entendendo que havia uma sensibilidade para votarmos o condicionante ao Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, não é o que o Ver. Nedel, que vem encabeçando aqui as discussões me disse. Ele disse que não votará, que a Emenda do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança não passará. Essa é a informação que eu tenho da base do Governo, de vários Vereadores. Acho que se não há uma compreensão nesta Casa de que nós temos que ter um instrumento que medeie a manifestação dos

cidadãos, porque a Constituição brasileira fala que o poder emana do povo, Ver. Valter. O poder emana do povo e será exercido em seu nome, por seus representantes ou diretamente.

E eu gostaria que nós déssemos ouvidos a uma audiência pública importante que ocorreu nesta Casa, com grande número de pessoas, que solicitou a mediação, por meio de instrumentos moderadores do impacto deste projeto. Nós aqui não estamos sentindo que o conjunto dos Vereadores tivesse tido sucesso. Eles fizeram uma reunião, em uma quinta-feira, na CUTHAB, o Ver. Delegado Cleiton fez um esforço, mas, Vereador, foi na hora da Sessão que eu soube, eu não pude participar, mas o relato que tenho é que não houve uma construção com o Governo, de como ficaria mediado este projeto, então esse primeiro movimento não obteve sucesso.

Segundo, Ver. Aírto, eu fico feliz que esteja aqui, porque eu o respeito demais, V. Exa. cumpre tudo o que combina, tem uma história de seriedade, é o Líder do Governo. Eu estou pedindo o adiamento, Ver. Aírto, porque sei que V. Exa. sabe que haverá um problema sério para o Governo se nós votarmos o projeto sem as emendas, se nós votarmos este projeto assim. O Ver. Aírto sabe que o Governo terá sobre ele a responsabilidade da irresponsabilidade do impacto no Museu Julio de Castilhos, do impacto na vizinhança, no entorno da Catedral e na Rua Duque. Então, eu estou pedindo este adiamento, Gil, representante do Governo, porque o Aírto Ferronato tinha se disposto a fazer uma nova reunião com a SMURB, com o Píffero, que aqui representa um dos empreendimentos. E quero ressaltar que o Sr. Píffero, que muito respeito, se manifestou favorável a mediações, como o recuo do prédio até o fim do Museu, podendo haver uma adequação da área que ele, em tese, perderia em altura. Eu gostaria de ouvir do Governo: nós vamos viabilizar isso? Como que a Câmara vai ratificar uma medida sem garantia nenhuma, se não vão votar o estudo prévio de impacto de vizinhança, se não vão construir a possibilidade do recuo sem perdas para o empreendedor. Então, eu acho muito ruim que a gente não tenha evoluído em nenhum dos dois sentidos, é muito ruim para a cidadania de Porto Alegre. Não acho justo que a cidadania olhe para os seus representantes e não seja ouvida, não houve um milímetro de alteração neste projeto desde que toda essa mobilização aconteceu. Isso é uma impermeabilidade do Estado brasileiro que nós estamos repetindo nesta Câmara. Esta impermeabilidade é nefasta para a democracia, é nefasta para a qualidade de vida. É ela que indigna a população que

foi para as ruas em junho deste ano, é ela que indigna ações mais radicais. É a impermeabilidade, Ver. Valter! É sim! Um Congresso que vira de costas, que até hoje não acabou com a votação secreta, por exemplo, que não faz uma reforma política decente. E a nossa Câmara não pode repetir o erro de um Estado que declarou independência em relação ao povo brasileiro. O Estado não é independente do povo brasileiro. O Estado tem que render que o poder é do povo brasileiro.

Então, o pedido de adiantamento é para que a gente tenha este espaço para construir alguma mediação. Eu insisto, Dr. Villela, que foi Prefeito desta Cidade, muito respeitado: nada se alterou do projeto depois de todo esse debate.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores da galeria, senhoras, eu não consigo entender... Como é difícil fazer alguma coisa nesta Casa. Como é difícil! Tivemos todos os tipos de discussões, tivemos audiência pública, Ver. Valter, o assunto esteve várias vezes nas Comissões. E eu venho aqui pela bancada do PTB, composta pelo meu Líder Cassio Trogildo, pelo Ver. Elizandro Sabino e pelo Ver. Paulo Brum, dizer que não temos acordo para adiamento, Ver.^a Sofia. Nós não podemos querer trancar a Cidade, Vereadora. A senhora, realmente, leva para outro lado. As pessoas dependem do projeto, dependem para construir, e a senhora quer mais adiamento, para levar para mais uma discussão, para levar, quem sabe, a senhora a não aprovar o projeto. Então, eu quero dizer para a senhora que, realmente, eu quero o desenvolvimento de Porto Alegre, mas eu não consigo entender por que tanta demora nesta Casa! O que leva a isso, Paulinho? É muito demorado, é muito demorado! Para nós fazermos a revisão do Plano Diretor, foram anos, anos e anos! Eu cheguei a esta Casa em 2005, levamos cinco anos debatendo o assunto. E agora a Ver.^a Sofia, nos últimos momentos, tenta não deixar o projeto ser votado. Vereadora, quero discordar. Gosto da senhora, acho a senhora uma pessoa muito inteligente, mas eu vou votar contra o seu encaminhamento, porque não pode trancar a rua, temos que liberar a rua.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel, o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Vamos à votação, porque só é possível – lembro ao plenário – uma votação de adiamento por projeto. Está encerrada a discussão. Como versa o nosso art. 178, nenhuma emenda poderá ser retirada ou colocada. Então, vamos à votação das emendas destacadas ao Substitutivo nº 01.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12. (Pausa.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, essa emenda não prejudica a Subemenda nº 01 a ela apresentada?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não, a Subemenda nº 01 será votada depois.

O SR. REGINALDO PUJOL: Logo a seguir?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não. Vereador, votam-se as emendas destacadas no Substitutivo nº 01, que são as Emendas nº 01, nº 04 e a nº 07; após, votam-se as emendas ao Substitutivo nº 01 que não foram destacadas e, dentre elas, está a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Só para tentar deixar mais claro: se for aprovada essa Emenda nº 01, não há porque votar a subemenda. E eu consulto V. Exa. da insistência para que se vote primeiro a subemenda.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Mesa, Ver. Bernardino Vendruscolo, não considera essa emenda prejudicada, uma vez que ela excetua determinada circunstância da Emenda nº 01. Então, a Subemenda nº 01 não está prejudicada.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sem querer insistir muito, agora uma consulta mais técnica: se houve o destaque da emenda, a subemenda não segue a emenda destacada?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não, são proposições diferentes. A subemenda não está destacada, e ela vai ser votada normalmente. Ela não está destacada e não está prejudicada.

O SR. REGINALDO PUJOL: Eu não quero dialogar para discutir com a Mesa, mas há um princípio geral no direito – e V. Exa., que é advogado formado, sabe muito disso – de que o acessório segue o principal. A subemenda tem que ser votada junto com o emenda, sob pena de ela perder a sua autoridade e, fora do contexto, ser prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vereador, esta Mesa entende que há uma regra específica expressa no Regimento da Casa, e, por isso, no que está sendo feito, não se aplica esse...

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, eu, desde já, vou fazer o meu protesto, porque, se lograr prejudicada a minha emenda, vou fazer recurso, porque V. Exa. não vai encontrar agasalho no Regimento para essa sua decisão, a qual eu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Reginaldo Pujol, não há prejudicialidade da Subemenda nº 01. Existem elementos diferentes nela que podem excepcionalizar o que já está inscrito na Emenda nº 01, mas está registrada a sua situação.

O SR. REGINALDO PUJOL: V. Exa. há de convir comigo que o texto, fora do contexto, perde sentido.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Srs. Vereadores, prezado Presidente, Dr. Thiago; neste momento, temos que colaborar ao máximo para não fazermos confusões e não sermos confundidos. E aqui eu volto a insistir: na minha primeira fala, eu disse que as emendas e subemendas estavam chegando num volume muito grande e que nós deveríamos ficar preocupados, porque, daqui a pouco... Observem o que vou dizer: eu não estou afirmando, mas poderá acontecer. Vários colegas discursaram de um jeito e escreveram de outro – não de forma intencional, longe disso! –, mas por questões que podem ocorrer, discursaram de um jeito e escreveram de outro. Então, vejam só, pelo que nós entendemos da Emenda, Ver. Engº Comassetto – V. Exa., que eu gostaria que viesse logo após para fazer a defesa dela –, pelo que entendemos da sua Emenda, ela exclui, ou mantém somente a parte Central de Porto Alegre...

(Aparte antirregimental do Ver. Engº Comassetto.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Somente o Centro Histórico. E a Subemenda do Ver. Reginaldo Pujol diz que, respeitado o prazo no Centro Histórico, os demais bairros da Cidade terão um outro prazo. Então, vejam os senhores, desculpem-me, eu não vou discutir o que está no Regimento, eu vou discutir a questão de bom-senso, de lógica: é óbvio que nós temos que votar primeiro a Subemenda, para, depois, a Emenda. Eu não estou questionando a Mesa, neste momento, fazendo juízo de valores de quem preside ou de quem assessora, mas, se assim está no Regimento, está equivocado! Nós precisamos votar primeiro as subemendas, votar as emendas e, depois, os projetos. Como, na mesma lógica, nós estamos votando, primeiro, o substitutivo, depois, projeto. Votam-se primeiro as emendas, depois, projetos; votam-se, primeiro, a subemenda, emenda e projeto. Então, eu faço um apelo nesse sentido: sob pena de pedirmos a compreensão dos demais colegas e votarmos pela derrubada da emenda do Ver. Engº Comassetto, coisa que nós não gostaríamos de fazer.

Se persistir esse entendimento, nós, forçosamente, Ver. Engº Comassetto, com muita dor, com muito sentimento, votaremos contra a sua emenda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero fazer um esclarecimento: o art. 179 do nosso Regimento – por isso é que precisamos ler com cuidado – diz: a votação processar-se-á na seguinte ordem: 1 – emendas destacadas... É o item 1. Por isso é que ela está sendo votada primeiro. E, também, subemendas, desde que sejam destacadas. Agora, por que não há prejudicialidade? Porque a subemenda do Ver. Reginaldo Pujol, que está na folha 80 do processo, apresentada há pouco, modifica uma questão da emenda. Por isso é que ela não está prejudicada. Então, eu acho que, se não há concordância, nunca vai haver, e nós precisamos mudar o Regimento. Agora, o que está escrito no Regimento é que se votam primeiro as emendas destacadas. Se houve um erro em não destacar a subemenda, aí eu não sei. O que tem que ser seguido é esse livrinho que está aqui.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, seguindo aqui uma orientação do debate, este projeto é do Executivo, que o enviou a esta Casa. Ele tem um conceito: estabelece um incentivo para adequação e conclusão de prédios inacabados no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre. Este é o conceito do projeto. Aí, o que o governo fez? Listou alguns prédios para serem acabados. Bom, listar uns e deixar outros que estão no Centro Histórico de fora é um equívoco, no meu ponto de vista.

A partir de um debate que fizemos na CUTHAB... Professor Garcia, na verdade, esta emenda não é minha, eu capitanei uma discussão feita na CUTHAB; elaboramos uma emenda ao substitutivo do Ver. Bernardino, para quê? Porque nós estamos defendendo um conceito de cidade. Nós queremos que a cidade ocupe todo o seu centro no potencial que ele tem. Depois que fizerem isso no centro, nós podemos pensar em outro projeto para o restante da Cidade. Por que isso? Porque nós estamos voltando ao Plano Diretor anterior, para quê? Para resolver problemas como esse. Eu queria que a Câmara mostrasse essa foto. (Mostra foto.) Esse prédio ali no Centro foi feito com todas as regras do Plano Diretor anterior. Como é que nós vamos acabar aquele prédio? Tendo um projeto só orientado naquelas regras do Plano Diretor anterior. Por que eu vou querer pegar uma base de um prédio qualquer que está lá na Restinga, lá no Rubem Berta, e

aplicar esse mesmo conceito de dispersar a cidade? Lá tem que aplicar o Plano Diretor existente, senão nós estaremos rasgando o Plano Diretor existente. Então é essa a questão de discussão de conceito. Eu defendo uma cidade que tem que estar concentrada, as pessoas morando o mais próximo possível do centro, os vazios urbanos sejam construídos, os prédios inacabados sejam concluídos, que se discuta com todas as regras que, em um prédio como esse, tem que se ouvir os vizinhos, tem que se fazer um debate do impacto de vizinhança. São conceitos que eu defendo. Portanto, nós estendermos para toda a Cidade nesse momento, desculpem-me, é um contrabando, e aí nós vamos estar discutindo uma questão de conceito aqui. Vamos focar, quem quer tudo não tem nada. Nós temos que resolver o problema do Centro Histórico, porque vem o Parque do Gasômetro, vem a revitalização do Centro, vem o bonde histórico, vem o sistema viário que ali se localiza, vem a revitalização da orla; tudo isso está integrado ao Centro, então do que nós precisamos é dar foco no centro de Porto Alegre, para que ele acabe prédios como esse. Esse é o conceito. A emenda que fizemos não é uma emenda minha, eu assino, mas ela é fruto de um debate feito na CUTHAB, coordenado pelo Ver. Delegado Cleiton. Pegamos as opiniões e escrevemos uma emenda para trazer para todos, para construir o consenso. Portanto, Ver. Bernardino, a minha emenda não é contra o seu projeto, faz uma adequação ao seu projeto, levando em consideração que o conceito trazido pelo Governo, já está escrito aqui: “prédios inacabados no Centro Histórico da Cidade de Porto Alegre”. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, só queria comunicar que se encontra na Casa nosso Secretário Everton Braz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Seja bem-vindo, Secretário Everton Braz.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero voltar à discussão, estamos trabalhando este tema na bancada, agradeço aos colegas e faço um apelo aos colegas do Governo e demais bancadas porque nesse caso o

acessório muda o principal, muda a essência do principal. Nós podemos passar de um projeto de estímulo e fomento ao investimento, que na minha opinião é bem-vindo, a um projeto de benesses, de rasgar o Plano Diretor da Cidade. A linha pode ser apenas uma emenda ou uma subemenda, mas que vai mudar o conceito do que estamos falando aqui. Muito mais do que discutir a posição sobre uma emenda ou outra, nós precisamos ter um acordo sobre o que nós queremos ao final do projeto. Primeiro: ele é um incentivo para o Centro, como aqui se falou, ou nós estamos fazendo um projeto de supetão para a Cidade inteira. É fundamental que se tenha de forma explícita porque isso muda totalmente o conceito do que estamos falando. Nem o Governo sabe quantos projetos serão afetados por esse tipo de projeto, quais as consequências nos mais diferentes bairros. No Centro é uma discussão antiga que todos aqui já fizeram ao longo das últimas décadas, como resolver o problema dos esqueletos e dos projetos iniciados no Centro. Muito bem, esta é uma discussão; agora, estender isso para o resto da Cidade é outra discussão. Segundo conceito: não aceitar o estudo de impacto de vizinhança. Nós estamos retirando da lei aqui de Porto Alegre algo que está previsto no Estatuto das Cidades, mesmo que ele não esteja hoje regulamentado, as obras estão acontecendo na Cidade, mesmo com o estudo de impacto de vizinhança não regulamentado. Nós vamos abrir mão disso, de algo previsto na lei, o que na minha opinião compromete legalmente, Ver.^a Sofia, a não observância do Estudo de Impacto de Vizinhança, compromete juridicamente essa lei. O terceiro é a multa e o prazo. Esses elementos são fundamentais que o Governo e que a base se manifeste para que tenhamos uma opinião, se esse é um projeto de incentivo ou estamos aqui hoje à tarde, na verdade, tratando de um pacote de favores para a Cidade, do qual nem sabemos o tamanho.

Então, é fundamental essa discussão para que saibamos efetivamente. Essa informação precisa estar posta desde o início em todas as votações das emendas porque muda, como eu disse no início, o sentido do projeto. Aí, em vez de estimular belos centros, intervenções urbanísticas aqui no Centro, na verdade, se trata de um pacote de benesses de supetão na tarde da Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; quem ler a emenda subscrita pelo Ver. Comassetto verá o seguinte: item 1, “altera a Ementa introduzindo a expressão ‘no Centro Histórico’, passando a vigor a seguinte redação”. Altera a ementa. A partir daí qualquer coisa que puder acontecer fica comprometida. O projeto originário não tinha essa redação, o substitutivo do Ver. Bernardino, que foi objeto de amplo debate, discussões, reuniões, assembleias, audiência, não tem essa restrição. Nós sabemos as inúmeras reclamações que recebemos aqui na Casa de que estaríamos contemplando exclusivamente o Centro, em detrimento do restante da Cidade. Todos sabem disso e todos acharam normal que se alterasse essa disposição. Agora, na hora da votação, se arma essa situação, que é a forma indireta de liquidar com o objeto dessa emenda. Primeiro se tentou retirar o quórum desta Sessão – não se conseguiu –, agora, meia hora depois, sei lá se existe quórum ou não, porque estão cansando os integrantes da Casa com sucessivas medidas. Nós ainda gostaríamos de votar o projeto do Ver. Paulinho Motorista que está colocado a seguir.

O Ver. Bernardino Vendruscolo me traz uma proposta de que a gente votasse num pacote a emenda e a subemenda, e eu concordaria, porque, indiscutivelmente, na pior das hipóteses, Sr. Presidente, temos uma decisão discutível da sua parte, e eu não vou dizer equivocada, porque V. Exa. é muito bem assessorado pelo Diretor Legislativo, mas até o Diretor Legislativo desta Casa pode cometer um gesto não correto. E uma leitura de um texto, desvinculado do contexto, não pode dirimir uma controvérsia dessa ordem, porque a lógica introduzida com a alteração do Regimento é de que se parta do menor para o maior. Antigamente se votava o projeto e, depois do projeto aprovado, se votavam as emendas e, posteriormente, a subemenda. Agora mudou. Normalmente aqui se vota primeiro a subemenda para depois votar a emenda. Hoje se alterou. Por que está na folha 80... Mas está na folha 80 porque mudei uma redação, atendendo a uma sugestão inclusive da Diretoria Legislativa, porque senão não estaria na 80, estaria na 30 ou na 40. Então não pode olhar de forma míope para uma situação e retirar do contexto esse processo. Salvo se a ideia é de, por modos indiretos, se consagrar a vontade confessada

do Ver. Comassetto, a quem cumprimento pela sua honestidade, porque ele não nega, ele quer restringir os efeitos do projeto ao Centro. É um direito dele de pensar assim. O Ver. Nedel fica mais ou menos assim, concordava comigo, e daí a um momento recebi um recado que diz ele que, sendo do Governo, já ficava numa posição restritiva. Agora o que nós vamos fazer? Vamos fazer um caso de Estado para isso? Não. Eu vou cumprimentar a oposição que, se reunindo à ortodoxia do Governo, vai alterar essa nossa disposição. Eles vão conseguir êxito. Com isso, por óbvio, nós ficaremos apenas com o discurso. Nós queremos ampliar essa possibilidade, essa abertura para toda a Cidade. O jogo inteligente aqui montado, Ver. Valter Nagelstein, vai nos obstar, porque não adianta negar: nós teremos prejuízo muito forte com isso, mas, mais do que esta emenda do Ver. Pujol, o prejuízo será da cidade de Porto Alegre, que está, por razões das mais diversas, deixando de aproveitar uma oportunidade de fazer uma coisa muito boa para Porto Alegre. Eu tenho autoridade moral para falar nisso porque já fiz, aqui nesta Casa, a Casa já me acompanhou, e agora, não sei por que cargas d'água, querem mudar! Fiquem fazendo idolatria do Centro, o belo Centro de Porto Alegre onde moro com muita felicidade há cerca de 40 anos, mas é um erro lamentável que estamos cometendo contra a cidade de Porto Alegre. Faça-se a vontade de eventual maioria que pode, no meu entendimento, estar muito equivocada nas interpretações regimentais.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu quero ser bem claro novamente. Se o Regimento está em desacordo com o entendimento da maioria dos Vereadores, eu acho que temos que mudar o Regimento. Agora, a subemenda só será votada logo em seguida da emenda, e é assim que acontece, se ela for destacada! Se houve um descuido em não destacar a emenda, não é o olhar míope da presidência que vai fazer com que isso ocorra.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vejo a Ver.^a Sofia feliz com o Ver. Brasinha. Eles devem ter feito um acordo para votar “não” a uma emenda que pede Estudo de Impacto de Vizinhança.

Eu fiquei ouvindo o discurso do Ver. Bernardino Vendruscolo: não a defesa em si do seu projeto nem a discordância do encaminhamento da emenda e subemenda; o que vota antes ou o que vota depois, se vota antes a emenda ou se a subemenda tem que vir colada. O que eu fiquei preocupado, Ver. Bernardino, e eu acho que nós vamos assistir mesmo aqui, é o voto quero-quero. O que o quero-quero faz? Tem o ninho em um lado e vai cantar lá longe. Eu acho que hoje nós vamos ter voto quero-quero: discurso de um jeito e votação de outro. Por que isso? Esse é o grande problema de um projeto que está aqui na casa há um ano e tanto – eu até tinha esquecido da minha emenda de tanto tempo que faz que está aqui o projeto –, o projeto vem para votação, os cidadãos da Cidade vêm para acompanhar a votação e aí, no dia da votação, surgem muitas emendas, consequentemente não dá para entender nem a emenda, muito menos a subemenda! E eu quero confessar aqui para vocês: eu tenho dúvida de votar em tudo já. Eu não sei se esse projeto não vai sair um Frankenstein, Ver. Bernardino! Eu acho que está vindo... Então eu acho que nós temos que ter muito cuidado em fazer essa votação. Olha aqui, nós temos que dar uma olhada, isso é de muita responsabilidade. Eu sei que todos são responsáveis e todos têm boa-fé, Ver. Reginaldo Pujol. V. Exa. tem boa-fé, quer cuidar de toda a Cidade, mas, às vezes, a gente perde o bom para querer o ótimo, e eu acho que nós temos que olhar bem. Nós já estamos votando o projeto, já estamos votando as emendas, já estamos votando a subemenda, mas eu confesso que não estou bem esclarecido nem das emendas nem das subemendas e já não estou entendendo até o projeto, pela confusão que se criou aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Destaco a presença do nosso Secretário de Governança, em exercício, Sr. Carlos Siegle. É uma satisfação em tê-lo conosco.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Garcia, a Emenda nº 01, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12. (Pausa.)

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao Substitutivo nº 01, ao PLE nº 038/12.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vou aproveitar as fotos do Ver. Bernardino para, justamente, dizer isso. Aqui são imagens daquilo que tanto discutimos até agora (Mostra fotografias.) em audiência pública, etc., da questão do imóvel da Rua Duque de Caxias, que está aqui o empreendedor, Dr. Vitório. Então aqui está o terreno (Mostra fotografia.). É claro que os terrenos foram coligados, anexados um ao outro, o da Rua Espírito Santo e o da Rua Duque de Caxias, mas essa é a parte da Rua Duque de Caxias que não tem nada. As fotos do Ver. Bernardino são fotos de cima do prédio ao lado. Então, para quem não visitou no dia, é verdade que nós caminhamos ali, os Vereadores que estavam presentes. Há uma parte já de garagem construída, mas isso é bem diferente. Podem voltar à foto anterior. É bem diferente disto. E eu queria aproveitar a emenda do Ver. Bernardino... Isto, sim, é um prédio inacabado. Eu acho que nós precisamos aperfeiçoar, se essa lei passar... Este era um dos imóveis, como o Ver. Bernardino Vendruscolo colocou, que estavam listados, inicialmente, no projeto do Executivo. Isto não é um prédio inacabado, mas um prédio histórico que precisa de restauração; é outra situação. Então, nós estamos comparando. Aqui tem outras fotos, por exemplo, esta parece mais um prédio histórico que precisa de restauração. Agora, isto, sim, é um esqueleto, e para isto precisamos de todo o tipo de incentivo, de um programa de incentivos, e até de penalização ao sujeito que não termina uma obra. Muito diferente do que está sendo mostrado ali, isso para dizer o mínimo. Este projeto precisa ser mais debatido. Isso não é empurrar; é fazer boas leis, e a Cidade precisa de boas leis que resolvam os problemas concretos, como esse. O empreendedor, dono deste empreendimento, nunca compareceu às audiências, às reuniões. Não vou ficar me repetindo aqui. Pedi o tempo apenas para mostrar estas imagens e dizer que nós estamos fazendo algo que não é o melhor. O melhor é aprimorar essa lei para esqueletos do Centro Histórico e da Cidade toda, se for o caso, mas para os esqueletos. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa-tarde, Sr. Presidente. Também não vou usar os cinco minutos aqui, mas é para tratar da Emenda nº 04 ao Substitutivo, Ver. Marcelo, só para reiterar o que eu já havia dito anteriormente, que o artigo nº 159 do Plano Diretor já estabelece esse requisito no § 2º, inclusive conceituando exatamente o que é obra inacabada, o que eu vou novamente ler aqui na tribuna. Obra iniciada é aquela cujas fundações estejam concluídas, cujas fundações estejam concluídas, e a conclusão tenha sido comunicada ao Poder Executivo, desde que executada de forma tecnicamente adequada e a edificação licenciada. Isso é do Plano Diretor de 1999, revisado em 2010. Isto já está no Plano Diretor, no artigo nº 159, nas Disposições Finais e Transitórias, que tratam dessa questão. Eu inclusive tenho uma Emenda, a nº 08, que está reiterando isso, que precisa ter concluídas as fundações, que é o que diz o Plano Diretor. Talvez até a minha Emenda seja uma redundância, mas eu estou colocando, reiterando porque que isso precisa acontecer, no caso dos projetos. E também aqui foi falado anteriormente na questão do Impacto de Vizinhança. Acho que esse é um instrumento novo no Brasil, no Estatuto da Cidade, mas não é novo para Porto Alegre. Porto Alegre já tem há muito tempo o EVU, que é muito mais complexo do que o Estudo de Impacto de Vizinhança. Nós vamos ter uma grande facilidade para nos adequarmos ao Estudo de Impacto de Vizinhança porque o EVU já é muito mais complexo, há muito mais tempo introduzido na cidade de Porto Alegre que faz estudos inclusive muito mais complexos. Aliás, as Leis Nacionais, normalmente, elas vêm para, de forma centralizada, estabelecer um padrão mínimo para aqueles Municípios que não têm nada de legislação nessa área. Então, nós estamos muito à frente do ponto de vista da Legislação Ambiental, porque ela também é mais profunda, mais complexa do que inclusive determina a Legislação Federal. Então, a título de esclarecimento a essa questão: obra inacabada é aquela que teve as fundações concluídas e comunicadas. Está no Plano Diretor.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Não vamos mexer com o quero-quero, Ver. Idenir Cecchim. As aves estão sendo protegidas hoje, basta ver que as corujas fizeram ninho aqui nos galpões do Acampamento Farroupilha e não podem... Então as aves estão sendo muito protegidas hoje. Mas, assim como existe o quero-quero, Ver. Idenir Cecchim, que bota ovo num lugar e canta no outro, tem o chupim, que bota ovo no ninho dos outros. É verdade! Mas faz parte, isso é a socialização da natureza.

Ainda que a gente esteja discutindo aqui é importante que se faça um registro. Ver. Idenir Cecchim, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu peço atenção neste momento. O projeto inicial do Governo aponta cinco imóveis no Centro. De qualquer sorte, não sendo possível estender o projeto para toda a Cidade, nós acabamos estendendo para todo o Centro – só precisamos fazer esse registro –, porque inicialmente a lei apontava, em seu art. 5º, que eram os seguintes imóveis: imóvel na Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 10; imóvel na Rua Cel. Fernando Machado, nº 860; imóvel na Rua Duque de Caxias, nº 1.195; e imóvel na Av. Júlio de Castilhos, nº 585. Então, o projeto do Executivo trata desses cinco imóveis. O nosso projeto, substituindo o projeto do Executivo, trata de ampliar essa lei para toda a Cidade. Ver. Reginaldo Pujol, quero louvá-lo pelo entendimento, pela luta, pela defesa, pela combatividade, se prevalecer a tese de alguns colegas, nós ainda vamos ter o projeto alcançado em todo o Centro da Cidade que, com certeza, vai atender a bem mais que cinco imóveis; são, sem sombra de dúvida, quase 100 imóveis no Centro de Porto Alegre que serão contemplados com essa lei. Por isso quero cumprimentar os nossos Pares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 04, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero dizer, Ver. Pujol, que para mim não serve sequer a ortodoxia deste Governo, ela já é

predatória para a cidade de Porto Alegre, porque, mais de um ano de uma lei fundamental, que é a Lei do Estudo do Impacto de Vizinhança, e ela não ser regulamentada, é uma liberalidade, isso é uma flexibilidade que favorece a especulação econômica *versus* os direitos da população. Então, não me junte a esta ortodoxia, porque não foi assim que eu votei. Votei com o Ver. Engº Comassetto; aliás, nem votei, mas votei simbolicamente porque reduz o problema, reduzindo ao Centro o impacto de uma lei que, pelo que tudo anuncia, será aprovada pela maioria desta Casa e, certamente, com o meu voto contrário.

O Ver. Sgarbossa procura precisar o que é um prédio já iniciado, uma obra iniciada, uma obra inacabada, que seria a mesma coisa. Nós temos polêmica em relação à obra da Duque, porque eram dois terrenos, e num terreno tem, é verdade, obra; no outro terreno, que é o terreno do impacto, não tem nada, e os terrenos foram aglutinados posteriormente. Então, há muitas formas de se burlar o sistema e se burlar os conceitos, Ver. Marcelo, e o teu esforço nesta emenda é para deixar nítido o que, na verdade, vai acontecer na Cidade.

Eu trago um outro exemplo, como eu não concordo com essa forma de funcionar do Governo, que vai postergando os instrumentos de cidadania; acelera os instrumentos da especulação imobiliária e posterga os instrumentos da cidadania. Acelera a especulação e o lucro. Eu quero deixar claro para os telespectadores e para os Vereadores: se esse fosse um incentivo vinculado à moradia popular no Centro, nos prédios inacabados do Centro – moradia popular, Ver. Delegado Cleiton, desse povo que está morando sem saneamento básico, que está esperando a regularização da energia elétrica, que está nessas comunidades, passando muito trabalho com uma irregularidade nas suas vilas –, para que eles pudessem vir morar no Centro, na tese do Ver. Engº Comassetto, este povo pobre viria morar no Centro, para ter acesso aos serviços de uma forma mais simplificada, menos pesados, de hora e meia, de duas horas de ônibus, porque a segregação da população pobre na periferia causa isso, causa pesar, causa cansaço, causa estresse. Este seria o sentido mais importante de uma concessão de índices: conceder índices construtivos para o povo pobre morar no Centro, nos prédios inacabados, nos esqueletos, nos prédios abandonados, nos prédios públicos já não utilizados, como vai haver um na Rua Barros Cassal, prédio do Governo Federal.

Mas o Governo vai empurrando os instrumentos de cidadania. Essa foto que o Ver. Bernardino trouxe algumas vezes à tribuna, não é o caso de um prédio inacabado, mas é um prédio histórico, possivelmente tombado ou listado, que vai acabar no chão, porque os proprietários não revitalizam porque não têm instrumentos, porque não têm recursos, porque a família está brigando pela herança, etc.

Nós votamos nesta Casa a Lei do Inventário dos Bens Culturais, uma lei de 2010 ou 2011, de minha autoria, com emendas do Governo, em que o proprietário de um imóvel como esse pode vender os seus índices construtivos não utilizados e usar esse valor na preservação do prédio. O que fez o Governo Fogaça e Fortunati? Engavetou esse projeto! Luta-se há anos para que ele o regulamente e o ponha em prática. E os prédios estão caindo no Centro da Cidade. Isso, para mim, interessa a quem quer especular com o valor da terra e não a quem quer preservar o valor da memória. Então eu insisto: os instrumentos que protegem a cidadania e o patrimônio não têm vez; agora, a especulação... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Garcia, a Emenda nº 04, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12. (Pausa.)

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar, como autora, a votação da Emenda nº 07, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Senhores, esta emenda é aquela de que tratávamos – e, para a minha alegria, o Ver. Alberto Kopittke também entende que condiciona o nosso voto –, que prevê, ao alterarmos o Plano Diretor, uma situação extraordinária. Portanto, se é extraordinário o que vamos fazer, é muito importante avaliar as consequências dessa medida excepcional, diferenciada. Se é uma medida de flexibilização do atual Plano Diretor, que já tem problemas, que já causa conflitos na Cidade, vocês imaginem sem

nenhum instrumento de mediação com a cidadania do entorno que conflitos pode ocasionar. O que eu estou propondo, o que nós estamos propondo, que vários Vereadores estão assinando – o Vereador Líder do Governo e o Ver. Marcelo Sgarbossa, a nossa Bancada do PT – é que a aplicação dos índices que essa lei votará e autorizará, Professor Garcia, fique condicionada ao Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança. E o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança não é muito diferenciado do estudo de impacto ambiental, mas ele captura aspectos importantíssimos, e um deles é a ambiência. A ambiência está prevista no nosso Plano Diretor: a ambiência no entorno de um bem tombado, o impacto viário, pois muitas vezes a população do Centro, a associação de moradores, Guarnieri, colocou tanto a importância de avaliar o impacto viário – nós estamos com uma Cidade congestionadíssima –, o impacto sonoro, o impacto de aquecimento, o impacto de saneamento, porque as estruturas de saneamento da nossa Cidade, do Centro Histórico são arcaicas, são velhas. A Cidade Baixa tem problemas seguidamente; muito cheiro, muito problema, porque ela não acompanhou o impacto da Cidade. E também avalia, sim, a insolação, o impacto de iluminação na área.

Nós temos um estudo, o Sr. Píffero fez estudos técnicos, e é importante que vejamos, aqui pouco identificável, mas é muito importante ver que o tamanho do bloco nessa área azul. (Mostra fotografia.) Essa área todinha pintada de azul, esse bloco que sobe rente ao prédio que hoje está na Rua Duque de Caxias é o volume, a largura e a altura da construção, autorizados por essa lei votada. Ora, senhores, é algo bastante gigantesco para uma Rua Duque de Caxias, já bastante densificada. Sabemos que é um hotel, é bem-vindo, todos os argumentos são ótimos. Agora, um Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança vai graduar a presença desse prédio, tentando avaliar, tentando minimizar os impactos negativos para a vida no entorno.

Então, essa emenda que nós propusemos é uma Emenda que dá voz, dá um momento da aprovação do projeto para dar voz, dar escuta à cidadania, às demandas da cidadania, aos impactos que o entorno da obra viverá; viverão as pessoas, os moradores, os transeuntes, a própria rua, o meio ambiente, porque há um sombreamento importante nas árvores, no entorno, na própria Igreja Matriz. Porque, logo lá na frente, importante que vocês vejam, é a Igreja Matriz, é a Praça dos Três Poderes, uma praça central da cidade de Porto Alegre para onde conflui muita manifestação de pessoas e muita movimentação de carros. O Estudo de Impacto de Vizinhança não prejudica o empreendedor; ao

contrário, favorece a Cidade, porque cria consensos, cria mediações entre os direitos já estabelecidos e o empreendedor que, com certeza, tem os seus objetivos, mas é importante que eles sejam mediados com a cidadania para preservar a nossa qualidade de vida. Então, peço a apoio a esta emenda aos senhores e às senhoras.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores, é claro que há uma divisão ideológica na política, existem nuances diferentes, existe toda uma miríade de opiniões e de posições. Para o que alguns chamam aqui de especulação financeira, eu tenho uma outra visão completamente diferente, Ver. Villela. Nós pegamos alguém que tem um terreno abandonado, que empreende com risco, gera emprego, é hoje a força motriz da economia da Cidade, a construção civil; às vezes, temos uma casa que paga um IPTU; vamos dizer que ela valha R\$ 1 milhão, paga R\$ 10 mil de IPTU. Aí, daquela casa se faz uma incorporação, e ela se transforma em dez apartamentos. Estamos multiplicando por dez a receita da Cidade, o que nos permite fazer política social. Nós temos sobre a obra o emprego gerado; nós temos sobre a obra o ISS pago, e nós temos, no futuro, o IPTU. Mas isso é especulação? Isso é benefício para a Cidade! Tudo isso que está aqui, tem Vereadores que chamam de especulação! Isso não é especulação: isso é edificação, é construção, é investimento, é riqueza, é circulação de riqueza, que é o que uma sociedade precisa para gerar emprego, para as pessoas terem sonhos, para as famílias poderem sobreviver, para um pai de família poder levar dignidade para casa! E não é demagogia, Ver. Brasinha, V. Exa., que é um empreendedor. É isso que dá a possibilidade de o cara sair do nada e, talvez, se constituir num milionário. É a capacidade de empreender.

A outra questão, Ver. Villela, é que tem discurso para tudo. Eu, ontem, vinha andando de carro pela Av. Diário de Notícias e passei pelo BarraShopping. Lá está sendo edificada uma torre de 50 metros. Sou favorável. Aquela torre foi autorizada por quem, Ver. Idenir

Cecchim? Pelo PT! Pelo PT! Então, é uma coisa quando está no governo e outra coisa quando não é governo!

Agora, o Pré-Sal, o leilão do Pré-Sal. Mas, se fosse aqui na Câmara de Vereadores, era plebiscito. “Vai ter que fazer um plebiscito.” Mas estão entregando a riqueza nacional! Mas, porque é do PT, não tem que fazer plebiscito. Não tem que ouvir a população. Agora, porque é dos outros tem que fazer audiência pública, tem que fazer Estudo de Impacto de Vizinhança. Cidade Baixa: a Ver.^a Sofia Cavedon queria transformar toda a Cidade Baixa numa Área de Interesse Cultural. Queria. Aí, a Área de Interesse Cultural tem uma restrição, que é a seguinte: casa noturna, para construir, tem que ter uma distância de 150 metros uma da outra; portanto, quem construísse a primeira na João Alfredo, a do lado não poderia. Este era o discurso dela. Aí, no dia seguinte, tinha uma passeata de 500 pessoas na Cidade Baixa pela alegria, contra a Prefeitura, porque não regularizava as casas. Quem é que estava à frente da passeata batendo um tambor? A Ver.^a Sofia. Mas é difícil de entender, meus companheiros, é difícil de entender! Nós temos que nos decidir! O cara adapta o discurso dependendo do seu interesse. É disso que a população está cansada. Os caras não entenderam nada. Vem falar por que a população saiu para a rua. A população saiu para a rua, entre outras coisas, pelos entraves da burocracia brasileira. Porque o cidadão morre em um guichê de uma repartição de um serviço público, porque as coisas são altamente subjetivas, em primeiro lugar; em segundo lugar, porque ninguém ia ter coragem de decidir nada; e, terceiro lugar, porque essa visão que ela quer fazer transformou tudo em um assembleísmo. Então as coisas não andam mais! E eu vou, Presidente, rasgar o meu diploma da Faculdade de Direito, porque eu aprendi, lá no Direito das Coisas, que a propriedade tem algumas faculdades. A propriedade tem a faculdade de usar, gozar, fruir e dispor. Agora, se o proprietário não pode mais usar, gozar, fruir e dispor, não tem mais propriedade, Ver. Ferronato. Se ele não pode dispor da sua propriedade, não tem mais propriedade. Então, do jeito que nós estamos indo, meus amigos, é o caos. E é, exatamente, o seguinte: todos, de fato, tem que ir para rua, porque ninguém, nem eu, entende mais nada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Nós vimos não só a diferença ideológica que existe, é óbvio, entre nós, e por isso representamos partidos e que bom, mas a questão, Ver. Valter, não é ideológica, a questão é o nível de tolerância com o qual lidamos com essa diferença. O caro colega Ver. Cassio Trogildo veio aqui e expressou a sua divergência. E eu prestei atenção, estava estudando com o Ver. Professor Garcia, uma ponderação muito qualificada tecnicamente, como Secretário que já foi. Não precisamos incensar os ódios de classe. É importante para que todos enxerguem como se faz um debate e como se estimulam ódios. Isso é importante, porque ou ampliamos as diferenças, ou promovemos o diálogo em busca de consenso. E eu acho que esse é o melhor meio. Essa é uma diferença não ideológica, mas é uma divergência de postura sobre o mundo, porque, muitas vezes, eu descobri, nesses 10 meses que estou aqui, que é possível fomentar intolerância no mundo, religiosa, por raça, mas aqui na Câmara eu descobri, como esse discurso que o colega Valter acabou de fazer, que é possível fomentar a intolerância defendendo a democracia. Até isso eu descobri aqui. Mas, sob os aspectos ideológicos, que efetivamente existem, nós estamos tratando não de indispor a propriedade; aliás, propriedade esta que, pelo Código Civil de 2001, exige responsabilidades do proprietário, mesmo que antigamente isso fosse dito por liberais, como tu, que era um absurdo, mas a sociedade conquistou que o proprietário tem responsabilidades. Isso não é comunismo, isso é desenvolvimento social. Existe uma diferença muito grande entre o comunismo, entre o ultraliberalismo, e aqui a proposta da Ver.^a Sofia tão somente quer que se aplique o que está previsto no Estatuto das Cidades, estudo de impacto de vizinhança, e, no Plano Diretor também subsequentemente. É só isso. O Ver. Cassio diz que o atual estudo é mais amplo; a Ver.^a Sofia acha que é importante contemplar esse, como eu também acho e não vejo qual é o problema de se fazer este estudo. Aí que se veem as diferenças daqueles que efetivamente querem que não exista regra nenhuma ou daqueles que querem que existam regras para a boa convivência na Cidade. Acho que é só essa diferença que, neste momento, era importante de ser destacada para a gente ver efetivamente como se fomenta o

desenvolvimento ou como se fomentam meramente divisões, diferenças e ódios. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, uma pergunta se impõe nesta hora: o que objetiva o projeto de lei originário do Governo Municipal e que é confirmado pelo substitutivo proposto pelo Ver. Bernardino Vendruscolo? Sua proposta básica é estimular a conclusão dos prédios inacabados. Seu fundamento principal é terminar com os esqueletos na Cidade e evidentemente ele confessa que estimula providências nesse sentido. O que estamos vendo nesta tarde é que várias emendas – essas têm sido todas elas oriundas da Bancada do Partido dos Trabalhadores – de uma forma ou de outra procuram reduzir, desestimular e, mais do que isso, criar condições para que lei se torne inaplicável. Evidentemente que nós não discutimos o direito de cada um dos Srs. Vereadores ou dos partidos políticos com assento na Casa terem as suas posições ideológicas ou não, pontuais, ocasionais, dimensionado num determinado momento da história desta Cidade. O que nós queremos dizer é o seguinte: se a intenção do Governo – e eu estou confuso agora porque estou vendo a oposição e o Governo votarem junto com muita frequência –, que o Ver. Bernardino Vendruscolo agasalhou no seu Substitutivo –, é estimular as possibilidades de que sejam retomadas obras inacabadas na cidade de Porto Alegre, nós não podemos, Ver. Tarciso, em vez de estimular, desestimular. O caso concreto aqui é criar um obstáculo mais para aquilo que já está por demais complicado, ex-Prefeito Villela. Eu me retomei da surpresa que tive das decisões anteriores, estou aqui na maior tranquilidade dizendo o seguinte: ora, temos que ter a coragem de dizer que nós queremos ajudar ou queremos ser contra, tem gente que está no meio do caminho. Eu, confessadamente, quis ajudar nesse projeto, inclusive ampliando as suas possibilidades, porque não sou Vereador de um bairro de Porto Alegre, não sou Vereador de um núcleo mais importante da Cidade de Porto Alegre, que é o seu Centro Histórico, sou Vereador de Porto Alegre e

não desconheço que esse problema, com maior ou menor intensidade, alastra-se pela Cidade de Porto Alegre. Então, eu quis, eu pretendi, até porque aqui foram feitas negociações prévias, e me chamaram para contribuir numa negociação apresentando uma emenda nesse sentido, e como eu concordava com a emenda nesse sentido, eu entendi de subscrevê-la. Agora, respeitosamente, eu não sou de transformar as disputas políticas numa guerra, respeitosamente quero dizer ao ilustre signatário, que tem inclusive o apoio do Ver. Alberto Kopittke, da Ver.^a Sofia Cavedon, e mais outra solidariedade que não consigo identificar, devo dizer a eles o seguinte: tenho o direito de imaginar que os signatários não querem contribuir para que o projeto atinja seus objetivos, porque estão criando mais um obstáculo para que isso ocorra. Repito o que já disse anteriormente: não há preocupação em ser do Governo ou não ser do Governo, há uma preocupação de saber claramente o seguinte: a cidade de Porto Alegre, pela sua maioria, quer que continuem os prédios inacabados, enfeando a nossa Cidade, numa verdadeira postura antissocial? A Cidade quer isso? A Cidade deseja que esse retrocesso no desenvolvimento urbano da Cidade se eternize? Então vamos providenciar e retirar este projeto. Para quê projeto, para quê substitutivo, se o pessoal quer criar dificuldade e não estimular? O objeto do projeto consagrado no substitutivo é estimular a superação desse estágio que embrutece a Cidade, cria ela anti-humana, antissocial; temos que superar isso, terminar com os esqueletos, terminar com os prédios inacabados. Eu queria em toda a Cidade, mas que seja onde a maioria permitir.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa-noite, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. A Emenda nº 07 traz a implementação do regime urbanístico a que esta lei fica condicionada à realização do prévio Estudo de Impacto de Vizinhança. Eu não sou contra o Estudo de Impacto de Vizinhança, Ver.^a Sofia, apesar de que entendo que o Estudo de Viabilidade Urbanística já cumpre boa parte ou a maioria daquilo que irá cumprir o Estudo de Impacto de Vizinhança. Inclusive no EVU, no Estudo de Viabilidade

Urbanística é, sim, feita a medição do impacto daquele empreendimento no entorno, passando por nove secretarias diferentes no âmbito do Município de Porto Alegre. Mas o Estudo de Impacto de Vizinhança é lei. Eu não tenho como ser contra o Estudo de Impacto de Vizinhança. Eu só acho que ele deve caber para aqueles empreendimentos, conforme determina a lei, a partir da sua regulamentação, que ainda não foi feita. Por isso vou encaminhar contrariamente a essa emenda porque ela é inócua. O Estudo precisa ser regulamentado, é uma lei aprovada nesta Casa antes de eu ser Vereador. Portanto, ela deve ser regulamentada, deve ser posta em prática e deve atender aos requisitos da lei! Ela foi aprovada aqui. Ela foi amplamente debatida. Eu nem sei se este caso caberia aqui em função da lei que já foi aprovada, mas que não está regulamentada. Eu quero dizer que tenho plena convicção disso. O Estudo de Viabilidade Urbanística garante, sim, um estudo bastante aprofundado enquanto não tem a regulamentação específica para o estudo prévio do Impacto de Vizinhança. Eu entendo que, Ver. Bernardino, essa lei deve valer para a Cidade toda. Eu votei favoravelmente à Emenda do Ver. Comassetto, que estabelece que seja em um primeiro momento no Centro Histórico, e vou acompanhar o Ver. Reginaldo Pujol na Subemenda nº 01, estabelecendo, a partir de outubro do ano que vem, a extensão para toda a Cidade. Acredito que não teremos grandes prejuízos em ser só a partir de outubro do ano que vem, porque, na verdade, o maior interesse é o Centro Histórico, onde houve as maiores restrições, meu Vereador e ex-Prefeito Villela, em relação aos índices construtivos na Cidade. Foi no Centro Histórico que houve a maior restrição com os novos planos diretores. Então, a maior necessidade de incentivo para que se terminem esses prédios inacabados que têm as fundações já concluídas se dá no Centro Histórico. Eu tenho a impressão que fica de bom tamanho, até para não haver um acúmulo de projetos lá na SMURB, porque não se tem como medir, para que a partir de outubro do ano que vem já fique aprovado. Encaminho já favoravelmente à Subemenda nº 01, do Ver. Reginaldo Pujol, e que isso possa valer para toda a Cidade. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro eu queria dizer que existem muitas formas de governar para interesses privados. Uma delas é não regulamentar o projeto do Estudo de Impacto de Vizinhança e criar a adequação de Porto Alegre àquilo que prevê o Estatuto da Cidade. Esse é um dos temas de fundo que tem que ser debatido quando nós discutimos o planejamento urbano da nossa Cidade, assim como criar factoides de que esse projeto vai permitir revitalizar o Centro Histórico da nossa Cidade. Esse projeto é endereçado para interesses privados que poderiam construir conforme o Plano Diretor vigente, e com esse projeto se tenta aumentar enormemente o índice de aproveitamento e de alturas no Centro Histórico da nossa Cidade, que tem prédios tombados, e que não estão revitalizados, prédios que precisam, inclusive, de luta e apoio para que sejam, de fato, restaurados. Eu me lembro agora do Capitólio, por exemplo, a eterna reforma que segue, etc., e, ao mesmo tempo, se tenta criar um factóide em relação a esse projeto que vai resolver os problemas do Centro Histórico da nossa Cidade. Ao contrário, vai permitir rasgar o Plano Diretor, aumentar as alturas do Centro Histórico e não ter nenhum mecanismo de consulta democrática à população ou mitigação dos impactos de vizinhança, como propõe a Emenda nº 07, pelo que encaminha o Governo, contrário à emenda neste momento. Isso é absolutamente preocupante, porque, ao mesmo tempo, em que se tem a tentativa de, mais uma vez, rasgar o Plano Diretor, tu tiras qualquer possibilidade de a cidadania se expressar, um verdadeiro cheque em branco para a Prefeitura, com regras e padrões estabelecidos em 1973, antes da Constituição Federal, antes do Estatuto da Cidade, antes do Plano Diretor de 1999. E eu vejo que o Ver. Valter Nagelstein foi bastante nas aulas de Direito Comercial, mas deve ter faltado às de Direito Constitucional, que fala da função social da propriedade. Eu nunca vi o Vereador vir aqui e dizer que algum imóvel que está parado, especulando durante 10, 15, 20 anos, no Centro da nossa Cidade ou em qualquer área da nossa Cidade, tenha que ser apropriado pelo Poder Público por não cumprir a função social. Nunca vi ele criticar os vazios urbanos, nunca vi dizer que é um absurdo gente que acumula centenas de imóveis e espera a valorização desses imóveis, enquanto há milhares de pessoas que não têm onde morar em Porto Alegre, ou que buscam atalhos na legislação para valorizar seus imóveis e aumentar seus lucros, lamentavelmente, aparentemente, com o aval da maioria da Câmara de Vereadores.

E parece, muitas vezes, que nós vivemos numa esquizofrenia política. Parece! Porque o Vereador criticou o leilão de Libra, e nós temos toda a autoridade para criticar, inclusive estávamos na luta contra uma das maiores privatizações que o Brasil viveu, que foi a entrega do Pré-Sal. Coisa que a Dilma na campanha eleitoral disse que não faria. Mas parece que o vice-presidente não é do PMDB! Parece que não existe um bloco de poder formado pelo PT, PMDB, PP, e uma série de partidos que estão à frente do Governo Federal, que estiveram, inclusive, no caso do PMDB, à frente do Governo Fernando Henrique Cardoso, que privatizou a Vale do Rio Doce, que privatizou a telefonia, que fez a “privataria” tucana.

Então, parece, muitas vezes, que nós vivemos em outro planeta. É verdade! O Brasil perdeu bilhões e bilhões de recursos ao entregar as riquezas do Pré-Sal, mais uma vez, para a privatização e o leilão que ocorreu a mando do Governo Dilma, com o Exército nacional para evitar que o povo pudesse se organizar e se mobilizar contra a entrega do patrimônio nacional. Mas este Governo também tem a participação do seu Partido, Ver. Valter Nagelstein. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu fui citado nominalmente, e eu só queria ter a oportunidade de repor duas coisas, Ver.^a Fernanda, para ajudar na sua compreensão. Não existe maior função social do que concluir esses prédios, em primeiro lugar. Em segundo lugar, a luta à que V. Exa. se refere foi pichar toda a Cidade, o seu Partido, contra a privatização do Campo de Libra. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Guilherme Socias Villela, a Emenda nº 07, destacada, ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao PLE nº 038/12. (Após a apuração nominal.) Com a minha presença, temos quinze Vereadores, portanto não há quórum.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
104ª Sessão Ordinária 30OUT2013

Convido os Vereadores e as suas assessorias para comparecerem, nos dias 11 e 22 de novembro, ao Curso Capacitação Direito Administrativo, junto com a Fundação do Ministério Público, nesta Casa.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Nereu D'Avila, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 30 de outubro de 2013.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h48min.)